

VOLUME
XXIX BOLETIM DO
ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2016

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

• U • C •



O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados¹

The Archive of the House of Lapa (1804-1832) and its inventories: estate management and memory of the ancestors

LUÍS HENRIQUES

FCSH-UNL

maritimo2000@netcabo.pt

MARIA DE LURDES ROSA

missi@oniduo.pt

FCSH-UNL

Artigo entregue em: 28 de fevereiro de 2016

Artigo aprovado em: 27 de maio de 2016

¹ O trabalho que se apresenta foi fruto de uma interessante experiência pedagógica, por um lado, e de colaboração entre a universidade e os proprietários de arquivos privados, por outro. A redação total da primeira versão deste artigo, feito no âmbito da licenciatura em História na FCSH/UNL, coube a Luís Henriques (2013-2014); foi revista por Daniel Alves e Maria de Lurdes Rosa, docentes do Departamento de História e supervisores do trabalho, e recebeu sugestões e correções de Luís da Costa de Sousa de Macedo, proprietário dos documentos. Na presente versão, Maria de Lurdes Rosa redigiu o ponto 1, beneficiando de algumas informações já coligidas e tendo tido acesso a documentação previamente inacessível; e Luís Henriques teve a seu cargo os pontos 2 e 3, com revisão dos aspetos arquivísticos neste último pela coautora. A versão final foi relida com o maior proveito por Daniel Alves e Luís da Costa de Sousa de Macedo. Agradecemos todos os contributos recebidos e ao proprietário dos documentos a já habitual abertura do seu arquivo à investigação académica. Os documentos aqui referidos poderão ser consultados mediante solicitação (contacto: mlrosa@fcs.unl.pt).

RESUMO

No início do século XIX, o Visconde da Lapa encarregou seu irmão Frei José de Almeida e Vasconcelos de organizar o Arquivo da Casa. Os índices então criados sistematizavam a documentação comprovativa de direitos e propriedades da Casa. O Conde da Lapa, filho do Visconde, usou aqueles livros mas fez outros para a sua própria gestão. O zelo na organização da Casa da Lapa foi comum na Nobreza portuguesa. Assentava em razões de honra familiar e visava prevenir perdas em tempos incertos.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos de Família; Casa da Lapa; Índices.

ABSTRACT

In the beginning of the XIX century, the Viscount of Lapa entrusted the organization of the House's archive to his brother Friar José de Almeida e Vasconcelos. The inventories he then created methodically arranged the documents that supported the rights and estates of the House. The Count of Lapa, the Viscount's son, made use of these books but he created his own management catalogues. The zealous organization of the House of Lapa was commonplace among the portuguese Nobility. It was based on family honour and aimed to avert loss in uncertain times.

KEYWORDS: Family Archives; House of Lapa; Catalogues.

Introdução

O presente trabalho, realizado no âmbito da investigação alargada sobre arquivos de família desenvolvida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL², tem como objetivo analisar um conjunto de inventários e outros documentos de gestão arquivística pertencentes à Casa da Lapa e feitos nas primeiras duas décadas do século XIX. Eram então senhores da Casa José de Almeida e Vasconcelos, primeiro Visconde da Lapa e Manuel de Almeida e Vasconcelos, seu filho, primeiro conde da Lapa. Procuraremos, por um lado, caracterizar os documentos na sua lógica interna e função, bem como discernir o possível quanto ao arquivo neles descrito, que desapareceu quase totalmente em finais do século XIX; por outro, será prestada atenção aos promotores e obreiros da inventariação do arquivo e aos usos concretos que lhe foram sendo dados, com fins de gestão do património da Casa. Dado

² Para compreender este contexto, v. ROSA 2012 e ROSA, HEAD, 2015.

que ambos os titulares seguiram de perto e até participaram ativamente nestas ações, em função da importância que conferiam à gestão da Casa e ao papel central que o arquivo nela desempenhava, é nossa intenção biografá-los brevemente sob esta perspectiva em especial, bem como contextualizar tais práticas no meio social e cultural em que eles se inseriam. Não será por fim esquecida uma outra lógica em presença – a da função social da memória, que estes documentos exemplificam de forma cabal. Uma memória ativa e funcional, que sustenta a razão de ser da Casa, ancorada nos seus ilustres antepassados, que o cuidado com o arquivo permite não esquecer; uma memória orgânica, que mantém conhecidas as origens das diferentes casas e famílias que haviam entroncado na Casa da Lapa e cujos bens tinham vindo com documentos que era preciso manter no seu lugar, para usar na sua plenitude administrativa e legal; uma memória, por fim, moral. Ela é invocada em todo o seu esplendor pelo autor do primeiro grande inventário – feito ainda sob o signo de uma sociedade de Antigo Regime –, e surge como patriarcal, religiosa, moralizante. Se é assumida como legado pelo conde da Lapa, será atualizada em função das características deste – homem pessoalmente progressista, viajado e estudioso – e dos novos tempos. Mas entre as duas corre um contínuo: o da existência e preocupação com a manutenção do corpo social que lhes era natural, intrínseco – a Casa, a família como organização. Os documentos que nos dão a conhecer este mundo eram o produto natural destas realidades orgânicas e legais e será antes de mais nessa perspectiva que os iremos estudar. Em suma, este trabalho insere-se na atual corrente historiográfica da “História social dos arquivos”³, com especial enfoque, no caso, para as práticas de inventariação⁴. Em termos metodológicos, procurámos equilibrar uma perspectiva histórica de caracterização aprofundada dos produtores e dos contextos de produção dos inventários – e não dos arquivos, que desapareceram em grande parte –, com uma análise mais morfológica dos “instrumentos de descrição”; a este último respeito, evitámos propositadamente qualquer perspectiva de arquivística técnica, dado o anacronismo em que esta com frequência incorre. Na linha dos trabalhos acima referidos, interessava-nos antes de mais descrever os inventários como objetos de identificação e distinção social, sem subalternizar os seus objetivos práticos de gestão, mas enquadrando estes últimos no *ethos* da casa aristocrática e nas suas formas de organização interna.

³ Sobre estas correntes ver HEAD 2010, BURKE 2008, FRIDERICH 2015.

⁴ Na mesma linha teórica e sobre este aspecto específico, VIVO/ DONATO 2015; HEAD 2016; ROSA/ HEAD 2105a.

1. O *Index Geral* (1804-1805) de Frei José de Almeida e Vasconcelos: o exemplo dos maiores e a boa gestão da Casa⁵

1.1. O senhor da Casa e do arquivo: José de Almeida e Vasconcelos (c. 1740-1812), 1º Visconde da Lapa

Conquanto não seja hoje uma figura muito recordada, o primeiro Visconde da Lapa foi um homem importante no seu tempo.⁶ José de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria⁷ nasceu “cerca de 1740”⁸, filho do casamento de José Manuel de Almeida Leitão de Vasconcelos e de D. Mariana Antónia Teresa do Soveral e Vasconcelos⁹. Foi décimo-terceiro Donatário e primeiro Barão de Moçâmedes¹⁰, décimo-

⁵ O inventário do arquivo denominado “Index geral” (com variações nos títulos dos diferentes vols, depois destas duas palavras iniciais – ver quadro 1) será doravante referido no texto deste modo abreviado, e em notas pela sigla IG. Existe em duas versões, ou “séries”, como adiante explicaremos. Neste trabalho serão diferenciadas como IG-A, para a série original, armoriada nas capas dos volumes; IG-SA, para a série copiada, com capas simples. O IG já foi alvo de estudos anteriores: cfr. HENRIQUES, ROSA 2015; SEIXAS 2015; e encontra-se sumariamente descrito em HENRIQUES, ROSA, SOUSA-DE-MACEDO, 2015, bem como na base de dados do projeto INVENT. ARQ (www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/). Para designar o Arquivo da Casa dos Condes da Lapa utilizaremos a sigla ACCL.

⁶ Retificamos aqui, sempre que possível e com recurso às fontes existentes no ACCL, os numerosos erros existentes na bibliografia disponível. Socorremo-nos em especial dos dados fornecidos pelo próprio *Index Geral*, que no Livro I contém uma vasta genealogia familiar. Frei José de Almeida e Vasconcelos, familiar e pessoa de confiança, conheceria as circunstâncias da família, o que dá crédito às informações que registou; é aliás zeloso a apontar erros até então existentes, nesse âmbito, bem como a estabelecer distinções de fiabilidade entre as genealogias que se encontram no arquivo (IG, vol. 4, fls. 288-292).

⁷ Este era o seu nome completo por forma dos vínculos que administrava e das representações familiares. (ZÚQUETE, 1989, vol. 2: 674).

⁸ ZÚQUETE, 1989, vol. 2: 674.

⁹ José Manuel de Almeida Leitão de Vasconcelos era Fidalgo da Casa Real, Senhor da Honra de Lamaçais de Albergaria e Morgado de São Paulo do Criz e 12º Donatário de Moçâmedes (confirmação do Senhorio de Moçâmedes dada por D. João V a 9 de março de 1733). Sua esposa e também “prima 3ª” - D. Mariana Antónia Teresa do Soveral e Vasconcelos, era filha de António do Soveral de Carvalho e Vasconcelos, Fidalgo da Casa Real, Senhor do Couto do Vieiro e 7º Donatário da Alagoa de Viseu no Algarve. Por aqui se explica uma parte do património a ser herdado pelos Visconde e Conde da Lapa. (ACCL, IG- SA, 1, fls. 52-52 v).

¹⁰ Como é do conhecimento geral, Moçâmedes é o nome de um local em Angola. Menos sabido é que esse nome veio de Portugal, por intermédio de D. José de Almeida e Vasconcelos. Moçâmedes é originalmente um lugar da Freguesia de S. Miguel do Mato, no concelho de Vouzela, distrito de Viseu. Na *Descrição da Caça do Conde*, fol. 33, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos fez escrever o seguinte: “Este solar antigo da Caça consiste ou comprehe de duas partes essencialmente distintas ou separadas, isto he, o Reguengo, que foi dado pelo Senhor Rei D. João 1º em 30 de janeiro da Era de César de 1448 [1410 da Era Cristã], e de que sou XIV Donatario em varonia legitima com as confirmações de Rei a Rei; e igualmente a Quinta, que fazia uma pequena parte do rendimento dos Senhores de Mossamedes.” (para o documento, cfr. Anexos infra). José de Almeida e Vasconcelos, como Governador de Angola (1784-1790), promoveu em 1785 “a explora-

-quarto Senhor da Honra de Lamaçais e da Albergaria e Morgado de São Paulo da Ponte do Criz, administrador do Morgado do Tojal, oitavo Senhor do Couto do Vieiro e da Alagoa de Viseu (Algarve), comendador de Santa Maria de Alcofra na Ordem de Cristo, Senhor da Vila da Lapa, Coronel de Cavalaria na 1ª Plana da Corte, Capitão General e Governador da Capitania de Goiás (Brasil), Conselheiro do Ultramar, Governador e Capitão General do Reino de Angola e Alcaide-mor de Barcelos. Foi feito Visconde da Lapa por Carta de 8 de fevereiro de 1805.¹¹

Casou em agosto de 1780¹² com D. Maria do Carmo de Sousa e Portugal, filha de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus (1722-1798)¹³, o que aproximava as duas famílias. Deste casamento nasceram dois filhos: José Maria de Almeida e Vasconcelos, primogénito falecido precocemente (1796), que chegou a ser segundo Barão de Moçâmedes (1793); e Manuel de Almeida e Vasconcelos (1784-1832), “herdeiro da casa por morte de seu irmão mais velho”¹⁴. Este filho, depois do falecimento do primeiro Visconde, “entrou na posse dos títulos, senhorios e vínculos dela”¹⁵, tendo sido terceiro Barão de Moçâmedes, segundo Visconde da Lapa e primeiro Conde da Lapa. O primeiro Visconde da Lapa faleceu a 12 de abril de 1812.¹⁶

Foi no período de chefia da Casa da Lapa por D. José de Almeida e Vasconcelos que se deu a reorganização do arquivo de que é resultado a notável obra denominada *Index geral*, em quatro volumes na coleção original, completada ainda com um “mostrador”¹⁷. Apenas uma investigação

ção da Angra dos Negros que, em lembrança do seu título, passou a chamar-se Moçâmedes.” (ZÚQUETE, 1989, vol. 2: 675; SERRÃO, 1996, vol. 2: 374).

¹¹ Carta de Confirmação do Senhorio de Moçâmedes, de 1785, legislada no Livro dos Padrões e Doações de Juro; barão de Moçâmedes, de juro e herdade, por carta de 13 de agosto de 1779 (ZÚQUETE, 1989, vol. 2: 675; ACCL, IG-SA, 1, fls. 53-54).

¹² ZÚQUETE, 1989, vol. 2: 674.

¹³ ALBUQUERQUE, 2005: 46-47.

¹⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 14, p. 679, s.v., “Lapa (Condes e viscondes da)” e ZÚQUETE, 1989, vol. 2: 674-675.

¹⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 14, p. 679, s.v. “Lapa (Condes e Viscondes da)”.

¹⁶ Pode ver-se esta informação nos documentos transcritos em SARAIVA 1944, p. 12. Transcrevem-se trechos de cartas pertencentes ao arquivo do bailiado, onde se refere o pesar do Bailio de Leça pela morte do Visconde da Lapa, seu irmão. Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Registo Geral de Testamentos, Livro 365, fls.7v-8 (termo de abertura do testamento).

¹⁷ Ou seja, aquilo a que hoje chamamos índice, provavelmente onomástico, toponímico e temático/tipológico, agrupando a informação de forma mais rápida e acessível, semelhante a outros espécimes coevos, entre os quais um do mesmo arquivo (veja-se adiante a descrição do

mais aprofundada sobre o Visconde D. Manuel – de preferência, sobre a sua Casa em cronologia alargada – nos permitiria contextualizar de forma correta a empreitada de reorganização do arquivo. Ela obrigou certamente a um esforço considerável de recolha e concentração documental, bem como terá acarretado despesas significativas, desde logo em materiais de trabalho, labor de cópia, acondicionamento dos documentos. Não se poderá portanto compreender sem uma função relevante na gestão da Casa, à semelhança do que sucedeu em outras Casas congéneres, como veremos na última parte deste trabalho. Neste caso, sabemos ainda que desempenhou um papel adicional, não menos importante nessa economia de diversos capitais sociais em que moviam as Casas – o de reforçar o prestígio público e o de difundir o património simbólico e moral da família, pela produção final dos quatro grandes volumes, luxuosamente encadernados, que eram mostrados, exibidos. Tal chega mesmo a ser registado num documento tão central e significativo como o testamento do visconde: [Frei José] “pos em a melhor ordem o Cartorio da Casa todo contido em quarenta massos ou caixas de papelão com quatro Livros do Index geral e seu Mostrador que tem admirado os espectadores”¹⁸. Como veremos, todo o conteúdo e a organização interna deste “inventário” eram de molde a dar-lhe uma função muito mais vasta do que a de permitir o acesso e a recuperação dos documentos. O “Index Geral” fornecia uma narrativa histórica, moralizante e até política sobre a Casa da Lapa e sobre a função dos chefes e dos membros das Casas na sociedade. Organizava também os documentos em função da estrutura legal e patrimonial da instituição, reforçando assim a natureza desta através das provas que a sustentavam. Culminando tudo isto, os escudos de armas em boa liga de metal, cuidadosamente trabalhados, e apostos às capas e contracapas da coleção que estava em Lisboa, eram um eloquente sinal – e um código compreendido pelos grupos sociais que interessavam¹⁹ – do prestígio e da riqueza da Casa da Lapa.

1.2. O organizador do arquivo: Frei José de Almeida e Vasconcelos, O. Cist.

O grande obreiro e responsável pela inventariação do património do Visconde da Lapa, foi Frei José de Almeida e Vasconcelos seu “Irmão Natural”,

mostrador do ACCL). Este tipo de instrumento de recuperação da informação encontra-se em diferentes arquivos: vg. o do mosteiro de Paço de Sousa, feito por Fr. Bento de Santa Gertrudes (1765-1846) (MATTOSO, 1957: 295) ou o do mosteiro de Loivo e Valboa (ARAÚJO, 2010: 78).

¹⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Registo Geral de Testamentos, Livro 365, fls.4v-5.

¹⁹ SEIXAS 2015.

como o Visconde se lhe refere no seu testamento (1810), no qual também menciona a ordem religiosa a que pertencia: “monge de S. Bernardo” (cisterciense)²⁰. Sobre ele quase nada mais sabemos de direto, infelizmente²¹, mas é possível assinalar ligações familiares e de ambiente sociocultural entre este quase desconhecido cisterciense e o grupo nesta época mais dotado de competências administrativas no que tocava à reorganização de cartórios, ou seja, os religiosos beneditinos; e, através destes, à realização de um outro trabalho arquivístico de monta, o do Cartório da Ordem de Malta, em Leça do Bailio.

Com efeito, Fr. José de Almeida e Vasconcelos era um dos três meios-irmãos ilegítimos do Visconde da Lapa que haviam tomado hábito, pertencendo os outros à Congregação de S. Bento de Portugal, na qual respondiam por Frei Manuel de Santa Rita de Almeida e Vasconcelos e Frei José de Santa Rosa de Almeida e Vasconcelos. Ambos os beneditinos tinham desempenhado elevados cargos na sua Congregação, entre os quais o de Abade Geral, respetivamente em 1798-1801 e 1801-1804. O primeiro tivera como secretário Fr. Francisco de S. Luís Saraiva, que foi ainda “companheiro” do segundo; e este, que, segundo o *Livro da vidas dos monges do mosteiro de Santo Tirso*, “quis ser cartorário do mosteiro e fez um volumoso índice de sentenças”²², foi o autor do *Index histórico e diplomático do cartório de Leça*, resultado de uma longa reorganização do arquivo dos Malteses a que procedeu, pelos anos de 1811-1815²³. Tal como no caso do cisterciense na Casa da Lapa, o labor do beneditino em Leça do Bailio deveu-se pelo menos em parte a relações de família, pois o superior da Ordem de Malta em Portugal, à época, Manuel de Almeida e Vasconcelos era irmão legítimo do Visconde. A organização dos cartórios eclesiásticos e das Casas nobres fazia-se assim num ambiente mesclado de domesticidade e familiaridade, mas que ia beneficiando da progressiva “expertise” dos monges e do seu secular manejo de saberes administrativos formais, bem como da consciência da importância dos “papéis” para a defesa dos direitos. Esta última é uma pedra de toque

²⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Registo Geral de Testamentos, fl. 4v.

²¹ O conhecimento histórico sobre a Congregação cisterciense portuguesa de finais do Antigo Regime é muito menor do que o existente para a beneditina; procurámos em vão dados sobre Fr. José em MOTA 2006 e GOMES 2006, os dois trabalhos mais aprofundados sobre a Ordem na Época moderna.

²² DIAS, 2011: 205.

²³ SARAIVA, 1944, p. 8. Retificamos aqui a informação dada em estudo anterior, de que o Autor da reorganização do Arquivo de Leça do Bailio teria sido o mesmo do Arquivo da Casa da Lapa (HENRIQUES, ROSA, 2015: 65).

nos escritos dos três irmãos monges, seja para a Casa da Lapa com Fr. Manuel e o “Index Geral”, seja para a Ordem de Malta com Fr. José de Santa Rosa e o “Index histórico e diplomático”, seja, por fim, para a Congregação beneditina com as diversas medidas tomadas logo no capítulo geral em que toma posse, por Fr. Manuel de Santa Rosa, como sejam a de criar o lugar de “Cartorário-mor da Congregação” ou a de instituir um rigoroso procedimento de levantamento de dados arquivísticos para apurar o montante dos legados com vista à sua urgente redução²⁴. De um mesmo espírito e “escola” partilharam monges como Fr. António da Assunção Meireles – tendo então já um passado de reorganização dos cartórios dos mosteiros de Ganfei e Pombeiro, foi designado para o lugar precisamente no capítulo inaugural do abaciado de Fr. Manuel de Santa Rita de Almeida e Vasconcelos²⁵ – ou o próprio Fr. Francisco de S. Luís Saraiva, que tanto se distinguiu quanto à teorização e ao labor arquivístico, algum deste em Casas nobiliárquicas²⁶.

1.3. Um projeto complexo e multifacetado

Frei José de Almeida e Vasconcelos levou a cabo a tarefa de reorganizar e descrever o Arquivo da Casa da Lapa a partir de data indeterminada, viu-se forçado a fazer um intervalo pelo meio em função dos seus deveres de religioso²⁷ e terminou-o em 1804-1805, anos inscritos nos títulos dos volumes do *Index Geral*²⁸. Esta obra magna tomou corpo naquilo a que podemos chamar duas edições ou séries. Por um lado, quatro volumes que classificaríamos como “livros de aparato”, dadas as suas cuidadas encadernações e, em especial, a aposição de elaborados escudos de armas, em metal, nas duas faces de cada um. Como adiante se verá, estes escudos foram elaborados e colocados em relação direta com os documentos descritos. A este conjunto falta atualmente um primeiro volume, mas características internas e externas, bem como outras informações, permitem saber sem margem para dúvidas que foram quatro no total²⁹. Os restantes estão nume-

²⁴ Como relata Fr. Francisco de S. Luís Saraiva na “Memoria histórica do generalato.” SARAIVA [1976]: 230.

²⁵ SARAIVA, [1976]: 230-231.

²⁶ RODRIGUES, SILVA, 2012: 599-601 e 617.

²⁷ ACCL, IG-SA, lvº 1, fls. 14r/v. Fr. José queixa-se de que, nesse intervalo, “hua terceira mão voltou a confundir tudo, e a reduzillo ao primeiro cahos”.

²⁸ Cfr. Quadro 1.

²⁹ As características externas são: 1) numeração dos volumes na lombada – uma das lombadas ostenta o numeral romano II, sem qualquer rasura; a outra, o numeral romano III, rasurado para ser “II”; a outra, por fim, o numeral romano IV, rasurado no “V” para parecer “I”. Estas rasuras podem explicar-se, quanto a nós, por um percurso diferente dos três tomos, depois

rados – seguindo o que será, com grande probabilidade, a numeração original, parcialmente rasurada mas reconstituível –, como 2º, 3º e 4º. Existem depois três volumes, numerados de 1 a 3, que se consegue ver terem sido copiados posteriormente, através de remissivas internas da coleção³⁰. Possuem uma encadernação mais simples, sem aposição de escudos de armas, estando redigidos com uma letra menos cuidada. O conteúdo dos vols. 2 e 3 é idêntico aos dos vols. 2, 3 e 4 da série armoriada, com pequenas diferenças de ordem das entradas, letra mais pequena e menos páginas por preencher, características que explicam a diferença de número de livros³¹. Podemos supor que o volume 1 desta série sem armas corresponde ao volume 1 da série armoriada.

O testamento do Visconde da Lapa (1810)³² refere quatro livros de índice e um mostrador; anos mais tarde, aquando da organização do Cartório (1825), o filho, Conde da Lapa, afirma também ter quatro livros de índice e um mostrador³³. Já quanto ao conjunto menor, é num inventário da casa de S. Pedro do Sul (1816) que se referem “três livros e um mostrador”³⁴. A razão da duplicação terá sido, com probabilidade, a da comodidade de consulta em diferentes locais de residência e de administração: um dos conjuntos ficaria possivelmente em Lisboa, na casa que tinha o Visconde da Lapa no Largo do Mitelo, ao Campo de Santana, e que fora comprada em novembro de 1788.³⁵ O outro estaria numa das localidades da província em que a família tivesse moradia.

O *Index Geral* é um longo documento, que resulta de um projeto de reorganização do arquivo da Casa da Lapa assente em pressupostos de diferente ordem, muito para além de uma simples recuperação da documen-

da desagregação do Arquivo da Casa, já no século XX. Enquanto o II teria permanecido num proprietário, os vols. III e IV podem ter sido separados e rasurados para parecerem uma coleção completa (I e II), o que os valorizaria em caso de venda. 2) a lâpis, no interior das capas frontais, lateralmente, estão os números romanos 2, 3 e 4, em cada um dos volumes.

³⁰ Embora sem referir que se remete para volumes e páginas da série armoriada, é possível verificar que é para eles, o que significa que se estava a copiar).

³¹ O volume 2º da série armoriada tem 425 fls., reproduzindo o conteúdo dos fls. 1 a 241 do vol. 2º da série sem armas; o volume 3º da série armoriada tem 442 fls., reproduzindo o conteúdo dos fls. 242 a 439 do vol. 2º da série sem armas e dos fls. 1 a 142 do vol. 3º da série sem armas; o vol. 3º da série armoriada tem 445 fls., reproduzindo o conteúdo dos fls. 145 a 360 do vol. 3º da série sem armas.

³² ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, Livro 365.

³³ ACCL, Cartório. Índice dos Maços. 1 a 20, primeiros fólios (sobre este documento, cfr. infra).

³⁴ ACCL, *Inventário dos moveis da Casa de S. Pedro do Sul*, 1816.

³⁵ ACCL, *Mostrador dos dois volumes do Index dos Maços*, c. de 1825, fol. 85. A referência à escritura diz que esta seria o documento 8 do maço 37.

tação. Não é possível, no âmbito do presente artigo, dar conta adequada e cabal destes dois aspetos – inventário e projeto de reorganização do arquivo; procuraremos, pois, introduzi-los e disponibilizá-los a investigações posteriores, organizando esta primeira abordagem em torno de algumas linhas de força: o conteúdo informativo do inventário, a sua organização interna, a relação desta com a estrutura da instituição produtora do arquivo e, por fim, a natureza compósita do documento.

Embora – dizemo-lo sem rodeios – entendamos ser arriscado valorizar os inventários arquivísticos antigos pelo seu conteúdo, dada a tendência para a recolha simplista de “dados objetivos” por parte de muita investigação histórica que negligencia o “conteúdo da forma” e faz ao “mensageiro”, no melhor dos casos, uma crítica histórica de tipo técnico –, este aspeto pode ser tido em conta se devidamente acautelado. Em muitos casos, os inventários são a única fonte para o conhecimento da produção documental das instituições e os resumos detalhados e datados que apresentam podem ser usados com proveito. O *Index Geral* cumpre estas duas condições, pois o Arquivo da Casa da Lapa sofreu uma forte dispersão e os sumários elaborados por Fr. José de Almeida e Vasconcelos são todos datados, precisos e detalhados. Por este motivo, elaborámos um índice sumário dos quatro volumes, contendo a indicação das matérias tratadas, a partir das epígrafes originais (Quadro II)³⁶. Por ele se poderá ver, mesmo se de forma aproximada, a riqueza informativa dos conteúdos do *Index Geral*, em especial quanto à história local e social. Avançar mais do que isto, sem uma análise aprofundada da estrutura do inventário e da forma como ele organiza – selecionando ou, em todo o caso, dando-lhe uma narrativa – a documentação, seria um erro. É certo que o levantamento sistemático dos dados relativos à disposição da documentação (maços, documentos), permitiria uma visão mais clara do arquivo inventariado quanto às suas características físicas, o que por sua vez possibilitaria uma primeira avaliação, ainda muito aproximativa, da representatividade do inventário (quantidades, sequencialidade). Porém, é necessário precaver uma visão “refletora” do documento e criticar as informações disponíveis em função da organização interna daquele e dos critérios que presidiram à sua elaboração – tarefa para a qual passamos a oferecer alguns contributos.

³⁶ A disponibilização online dos volumes, já integralmente digitalizados, está prevista no âmbito do projeto INVENT.ARQ (através de cujo site será acessível) e aguarda apenas disponibilidade técnica por parte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Mais uma vez se regista um penhorado agradecimento ao proprietário dos documentos, que colaborou nos custos da digitalização e deu autorização para a disponibilização online das versões digitais.

O *Index Geral*, de facto, não inventaria “um arquivo de uma Casa”, ou dito de outro modo, inventaria o arquivo de uma Casa como ele era, isto é, uma soma de arquivos sucessivamente incorporados na Casa e podendo conter muitos documentos externos à mesma. Desde logo, assim se percebe como a seriação simples dos documentos por data – esse elemento tão querido e imediato à pesquisa histórica, mas cuja conferência de sentido não pode ser feita sem precauções –, traria um enorme quebra-cabeças. O catálogo cronologicamente ordenado ou o inventário de séries sem indicação de organicidade – documentos de descrição documental tidos como “muito úteis” pelos historiadores e, lamentavelmente, demasiado praticados pelos arquivistas em função da ideia da rápida disponibilização - seriam neste caso particularmente enganosos.

Neste tipo de erro não cai, de resto, o cartorário, por muito “arcaico” que se possa considerar o seu inventário, numa perspetiva de evolucionismo técnico³⁷. A sua visão da instituição produtora dos documentos era a de um organismo vivo, como uma estrutura administrativa e jurisdicional específica, que indelével e permanentemente conferia sentido aos documentos. Estava a lidar com “informação organizacional” e não com documentos de interesse histórico (embora lhe pudesse reconhecer tal e são várias as observações que vai fazendo a esse respeito). E se estava consciente da necessidade de rápida recuperação da informação – e daí a organização parcialmente geográfica e, ainda mais, a elaboração de um “mostrador” – também sabia que ela só tinha utilidade em função da natureza e contexto de produção. Por fim, ao ancorar o seu trabalho numa história da Casa – ou das componentes que estiveram na origem desta forma específica da organização – desde o século XIII, sabia bem a razão da existência de documentos originariamente externos àquela, bem como da utilidade destes³⁸. A forte componente moral dos textos prévios à inventariação propriamente dita dos documentos, tal como a organização territorial de segundo nível que existe (como veremos adiante), podem, à primeira vista, levar a interpretações que, sendo de sinal contrário quanto ao arcaísmo e à modernidade do documento, são igualmente simplistas e baseiam-se numa visão anacrónica deste tipo de documentos e das suas instituições produtoras. Na verdade, a componente moral não é arcaica, pois não impede uma fortíssima utilidade e escopo administrativo-legal do documento – antes sublinha a legitimidade social do grupo dirigen-

³⁷ Crítica a esta visão dos inventários em ROSA, HEAD, 2015: 9-12.

³⁸ Dedicava expressamente alguns parágrafos das “Advertências” do 1º volume a explicar a razão da presença dos documentos e como se devem entender (ACCL, AG- SA, fls. 20-21v).

te; e a referenciação geográfica não é “técnica” (logo, mais moderna), pois é feita em subordinação ao critério, mais uma vez, da natureza administrativa e legal dos bens e da sua origem (morgadios, bens livres, bens da Coroa, tenças; vindas deste ou daquele parente, de casamento, doação, etc.)³⁹.

A organização do *Index Geral* segue, com efeito, uma estrutura de “casas”. O Autor não pode ser mais claro: em relação ao primeiro arranjo dos documentos – “já os tinha repartido em as diferentes Casas, Freguezias e Lugares”⁴⁰; quanto à motivação para não desistir – “o trabalho dependia de amor, de um largo conhecimento da família e das diferentes situações em que parão os bens da Casa”⁴¹; sobre a razão do método – “Resolvi-me a descrever a Origem das Famillias, cujas Casas vierão a recahir na de Mossamedes, não só para distinguir as defferentes linhas, por onde vos provierão os bens.”⁴²; por fim, na explicação do uso complementar do mostrador⁴³: “não obstante que neste Index Geral no título das terras, se encontre primeiro o nome daquela, em que se acha a Casa principal, e depois o da em que se achão os Bens”⁴⁴. Esta estrutura é de tal forma estruturante – perdoe-se o pleonasma em razão da força da expressão – que é trabalhada de uma forma total, desde os livros no seu conjunto a cada um deles em particular, quanto ao tratamento das informações, passando pela própria materialidade do inventário: os escudos apostos a cada volume são heráldica imaginária, compostos pela junção das armas das famílias / Casas de onde provêm os bens, sempre em conjugação com as “armas principais” dos Almeidas e Vasconcelos, a “Casa” principal⁴⁵.

O primeiro volume começa por apresentar, no Prólogo, uma conceção da Casa como “rede” de antepassados exemplares, disposta no espaço – todos os continentes⁴⁶ – e no tempo – desde os tempos da

³⁹ Para este tipo de inventários, cfr. ROSA, 2016.

⁴⁰ ACCL, AG-SA, Livro 1, fl. 14.

⁴¹ ACCL, AG-SA, Livro 1, fl. 14v.

⁴² ACCL, AG-SA, Livro 1, fl. 15 (sobre a continuação do texto no sentido moralizante, ver infra, ...).

⁴³ ACCL, AG-SA, Livro 1, fl. 19v.

⁴⁴ ACCL, AG-SA, Livro 1, fl. 19v.

⁴⁵ Análise aprofundada, especializada e muito sugestiva em SEIXAS, 2015.

⁴⁶ ACCL, AG-SA, Livro 1, fls. 15-18v “Rezolvime a descrever a origem das Famillias (...) não só para distinguir as defferentes linhas, por onde vos provierão os bens, mas para tomardes por modelo os Acidentes que se fizerão Recomendáveis, pellas virtudes Rellegiozas, Mellitares, e Civis, pois que a vaedade de Illustres Avos, sem a imitação das suas virtudes, só atrahe aos Descendentes, o Ludibrio, e o desprezo; Hé percizo trazer sempre deante dos vossos olhos, aquelles Exemplares Domesticos, de que abunda a Nossa Famillia na Europa, Azia, America, e Affrica (15-15v); Se o vosso Destino vos conduzir a Àzia ahi vos lembrareis, de hum D. Francisco d’ Almeida da Nossa mesma

Reconquista⁴⁷, que conforma, pelas suas fama, virtudes e intercessão, a Casa realmente existente. Esta “Casa moral” e as virtudes dos seus muitos membros, vivos e mortos, é o grande garante – mais do que a riqueza, repete Fr. José em cada prólogo dos diferentes volumes – dos seus representantes atuais. Conservar-lhe a memória e a prova, através da correta preservação dos documentos por eles criados e conservados, é um dever moral, uma continuação da cadeia de virtudes, uma inserção na rede dos antepassados, que gera senhores modelares no presente: “Com ellas [virtudes] vós sereis agradaveis ao Principe, uteis ao Estado, Espozos fieis, Pais sollicitos na educação de vossos filhos (...); Sereis no fim bons Irmaons, e com o Patrimonio que herdasteis dos vossos Maiores, se a providencia o não aumentar, sustentareis o Esplendor da Famillia”⁴⁸.

Após os prólogos, uma segunda estruturação em “Casa – feita de casas” é conferida pela minuciosa explicação dos escudos apostos ao volume, em função das famílias/ casas cujos documentos estão inventariados e sempre com aposição de um elemento heráldico da Casa-Mãe⁴⁹. No primeiro volume, a terceira estruturação é feita através da apresentação, em capítulos sequenciais e sempre com a mesma lógica interna (resumo histórico da origem dos bens / genealogia dos possuidores até à atualidade), das diferentes casas, vínculos ou senhorios, que foram entrando e compõem a Casa: Mossamedes, Sernancelhe, Vieiro, Ladário, S. Pedro do Sul, Viseu, Alvarenga, Ferronhe, Quinta da Cavalaria, morgado de S. Paulo do Cris. Esta parte ocupa quase metade do volume. Após ela, principia a quarta estruturação - o índice propriamente dito, que será seguido nos restantes volumes até ao final, organizado por casas, sucessivamente, com apartados territoriais (mais rara-

Origem, Cujo Nome, ahinda hoje alli se repette com respeito,, de hum Diogo Lopes de Sequeira, que deo a Varonia á Caza do Tojal (...), do Almirante Nicollao do Soveral da Caza de Cernancelhe,, de seu Irmão, João Fernandes de Almeida Inquizidor em Goa (ACCL, AG-SA, Livro 1, fl. 16v).

⁴⁷ Por exemplo, Martim Moniz “Cujo nome durará em quanto durar a famoza Lisboa”; outros há que protegeram o Reino e o Rei, como “Mem Rodrigues de Vasconcellos, Valleroso Defençor de Chaves, Contra o Príncipe sucessor do Reino Rebelde a seu Paijs”), sendo um dos mais célebres “Duarte de Almeida, o Decegado, Alferes mór de Ell Rey D. Affonso 5º (...) perdendo na Batalha de Toro ambas as maons antes que o inimigo lhe podesse arancar a Bandeira Real” (15 v-16) e que regressou vivo a Portugal. Mas não há só militares; a pena, que serve as responsabilidades administrativas, também era prestigiante: “Na Toga tendes ao Chancellér mor, Luis Eannes de Carvalho, Senhor da Caza do Vieiro,, ao Procurador da Corôa e Fazenda, Pedro do Soveral, da [Casa] de Cernancelhe,, ao Juiz Geral das Ordens depois de viuvo, André Leitão Ascendente da [Casa] do Tojal, e outros muintos que julgo supérfluo numerar, todos de huma integridade, recomendável, e merecedores da Confidencia dos seus Principes.” (ACCL, AG-SA, Livro 1, fls.16-16v).

⁴⁸ ACCL, AG-SA, Livro 1, fl. 18v.

⁴⁹ SEIXAS, 2015: 73-74.

mente temáticos e tipológicos), dentro dos quais há, por sua vez, apartados tipológicos (cfr. Quadro 2).

No termo desta abordagem necessariamente preliminar, o *Index Geral* confirma-se como muito mais do que um simples inventário. De algum modo, ele é um mapa de leitura da composição da Casa da Lapa, mas um que inclui espaços e tempos muito alargados e que tem um escopo bem mais ambicioso do que permitir a localização de documentos. Um paralelo pode ajudar-nos a definir-lhe as fronteiras. Miguel Metelo de Seixas explica, de forma feliz, os três objetivos comunicacionais da operação de aposição dos escudos nos volumes da série armoriada, que se conservava – e mostrava – no coração da Casa, ou seja, o palácio da residência em Lisboa – aparato, pedagogia para os membros da família, e evocação onírica de tempos gloriosos, num mundo que caminhava rapidamente para o seu fim⁵⁰. De algum modo, todo o *Index* comungava destas condições e a sua força residia em tal.

2. Os Livros do 1º Conde da Lapa: honra da Casa e novos modos de gestão

2.1.0 Conde da Lapa entre o Liberalismo e o Antigo Regime

Na *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, diz-se sobre D. Manuel de Almeida e Vasconcelos que “succedeo nos títulos de Visconde e Barão a seu pai a 12 de Abril de 1812”⁵¹, na altura da sua morte. Porém, houve um primogénito, D. José Maria de Almeida e Vasconcelos, que chegou a ser 2º Barão de Moçâmedes, mas faleceu precocemente em 1796. Em consequência disso, D. Manuel herdou os títulos (foi 3º Barão de Moçâmedes, 2º Visconde da Lapa e, mais tarde, por Decreto de 31 de agosto de 1822, 1º Conde da Lapa) e os senhorios e direitos da Casa: Albergaria e Morgado de São Paulo da Ponte do Criz, Solar e Honra de Lamaçais, Reguengo de Moçâmedes, Lagoa de Viseu (Algarve), Couto do Vieiro, Vila da Lapa, Alcaidaria-mór de Barcelos.⁵²

D. Manuel de Almeida e Vasconcelos do Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria nasceu em Luanda, Angola, a 2 de outubro de 1784, na época em que seu pai iniciava funções como Governador. Ao longo da vida, veio a exercer cargos importantes no Reino. Foi Vedor da Casa Real,

⁵⁰ SEIXAS, 2015: 74-75.

⁵¹ TÔRRES & MESQUITA, 1838: 103.

⁵² *Ibidem* e PINTO & SANCHES DE BAËNA, 1890: 78.

Conselheiro do Conselho Ultramarino⁵³ e teve responsabilidades diplomáticas: ocupou o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Rússia entre 1819 e 1821⁵⁴ e no final de 1822 foi nomeado pelo Rei D. João VI para celebrar um tratado de comércio com os Estados Unidos da América.⁵⁵ Depois da morte de D. João VI, foi Par do Reino em 1826 sob a vigência da Carta Constitucional. Da sua atividade política nesse lugar, podem destacar-se: a defesa contra um projeto de Regimento do Governo para a Câmara dos Pares, a preocupação com a criminalidade no Reino e a autoria de pareceres na Comissão de Negócios de Justiça e Legislação.⁵⁶

Casado em fevereiro de 1807 com D. Francisca de Paula da Câmara e Menezes (n. 1777), irmã do 1º Conde de Belmonte e Dama da Rainha D. Maria I e da Rainha D. Carlota Joaquina⁵⁷, teve um filho: D. Manuel Francisco de Almeida e Vasconcelos, nascido em novembro de 1811 e que veio a ser o 2º Conde da Lapa. O 1º Conde da Lapa faleceria a 28 de junho de 1832.

O Conde da Lapa viveu numa época de transição e, naturalmente, as vicissitudes da sua vida refletiram esse período de mudança. Foi contemporâneo da Revolução Francesa (1789) e das revoluções liberais do início do século XIX contra as instituições do Antigo Regime. Em Portugal, conheceu a revolução de 1820 e a primeira Constituição liberal (1822).⁵⁸ Durante a primeira vigência da Carta (1826-1828), um documento constitucional moderado que consagrava o poder moderador do Rei e um acordo político entre as aspirações aristocráticas e os ideais liberais, o Conde da Lapa teve protagonismo político como Par do Reino.⁵⁹ Mas as divisões entre Liberais e Absolutistas redundaram em guerra civil (1832-1834), que terminou com a vitória do Liberalismo.⁶⁰ A longo prazo, toda a sociedade europeia viria a conhecer transformações, bruscas e graduais, no sentido constitucional-liberal.⁶¹

⁵³ PINTO & SANCHES DE BAËNA, 1890: 78.

⁵⁴ MARQUES, 2002: 305

⁵⁵ MAGALHÃES, 1991: 98 ss.

⁵⁶ Para estes dados e mais v. CASTRO, 2002: 57-58.

⁵⁷ AFFONSO & TRAVASSOS, 1933: 68-69.

⁵⁸ Para os acontecimentos políticos portugueses do início do século XIX, v., por exemplo e com bibliografia MARQUES, 2002a: 544 ss.

⁵⁹ Sobre o carácter da Carta Constitucional de 1826, v. CAETANO, 1981:30-35 e CANAVEIRA, 1988: 117-120.

⁶⁰ Para este período em Portugal, v., por exemplo, SERRÃO & MARQUES, 2002, vol. IX: 544 ss.

⁶¹ V. um panorama em GILDEA, 2013.

O Conde da Lapa não deixou de acompanhar as mudanças do seu tempo e tinha ideias modernas sobre determinados temas. Para além da experiência na Câmara dos Pares, aliava as rendas das propriedades aos lucros de aplicações financeiras (um investimento que, na sua época ainda não suplantava a segurança da propriedade fundiária⁶²) e fez parte da Academia das Ciências, cujas *Memórias Económicas* incluíam diversos estudos mais ou menos influenciados pelo pensamento fisiocrático e pelas ideias liberais.⁶³ A contribuição de D. Manuel, apresentada a 25 de janeiro de 1812, foi um trabalho sobre Estatística, um moderno auxiliar científico, de diversas utilidades, que havia de estabelecer no Ocidente a hegemonia dos números.⁶⁴ Nesse estudo, D. Manuel salientou a relevância do conhecimento rigoroso do país para o aproveitamento das suas potencialidades e para o seu desenvolvimento.⁶⁵ Como homem de Cultura, deve salientar-se ainda a colaboração que prestou a seu tio D. José Maria de Sousa, Morgado de Mateus, no seu trabalho de fixar o poema épico de Camões.⁶⁶

No entanto, há aspetos da vida do Conde da Lapa que remetem para uma vivência de Antigo Regime. Em primeiro lugar, há dados que indicam não se ter afastado do governo absolutista de D. Miguel. A 4 de novembro de 1828, oito meses após a dissolução da Câmara dos Deputados (13 de março) e seis depois de convocar Cortes à maneira antiga (3 de maio), D. Miguel tê-lo-ia nomeado Censor Régio.⁶⁷ Quatro meses antes, o Conde assinara o *Assento dos Três Estados do Reino* para as Cortes de Lisboa (11 de julho).⁶⁸

⁶² Sobre a importância da terra como bem de investimento na Europa no início do século XIX, v. GILDEA, 2013: 26. Para Portugal, v. as considerações de VIEIRA, 2005: 76.

⁶³ V. as observações de CASTRO, 1980: 32 ss e de CARDOSO, 1989: 89 ss.

⁶⁴ V. a breve notícia que lhe dedica SILVA, 1860: 350. O texto foi publicado: LAPA, 1815: 155-171. Para a História da Estatística em Portugal, v. FERREIRA, 1984: 456-462, em especial pp. 456-457 e 460-462.

⁶⁵ De igual modo, dá a entender que conhecia a obra de Adam Smith e dos Fisiocratas. Ao que parece, este seu estudo introduziu o termo “Estatística” em Portugal. FERREIRA, 1984: 456, afirma que “O termo *estatística*, criado em 1748 por Achenwall, aparece em Portugal em 1812, com Manuel Carvalho e Vasconcelos [sic], na *Memória sobre o Modo de Formar um Plano de Estatística em Portugal*, e seguidamente com José Varela, em 1815, na *Memória Estatística à cerca da Notável Vila de Montemor-o-Novo*.”

⁶⁶ Veja-se a história deste trabalho do Morgado de Mateus em GALLUT, 2015. Contém dados sobre a colaboração de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos.

⁶⁷ V. documento manuscrito em Biblioteca Nacional (Lisboa) – Condes e Viscondes da Lapa, Caixa 1, Bobina 2, Doc. 41. Não sabemos se D. Manuel aceitou, mas podemos crer que sim, dado que se aproximava nesta altura do governo miguelista.

⁶⁸ LOUSADA & FERREIRA, 2006: 303. V. também LOUSADA, 1989, para o percurso da Nobreza Titulada entre D. Pedro e D. Miguel.

Em segundo lugar, o Conde da Lapa era um nobre proprietário que, enquanto lhe foi possível, tentou manter os privilégios que lhe eram assegurados por Lei, por pertencer ao Segundo Estado. Na *Discripção da Caza do Conde*, há um capítulo sobre “Regalias que possúe a Caza”.⁶⁹ Eram três: juiz privativo, tabelião privativo e confirmação das Justiças da Lapa. Na conjuntura dos confrontos entre os regimes absolutista e liberal entre 1820 e 1834, estes privilégios tiveram uma existência precária. Disso dá testemunho D. Manuel ao explicar o funcionamento do primeiro privilégio, numa altura em que estava em vigor (1825):

“A mercê que a Caza tem de um Juiz Privativo, de que por vezes tem tido esta Graça, podendo d’ella desfructar pouco, por isso que em rasão das alteraçõens politicas tem sido ora concedido, ora abolido, he de muito proveito, por isso que as causas são decididas summariamente em huma so instancia; e por isso que correndo em hum só Cartorio facilitão o poder ter d’ellas noticia; além de que a maior brevidade da decisão he um embaraço para se intentarem contra a Caza aquellas Cauzas que são de méra chicana, como de ordinario acontece com cazeiros rebeldes, e Rendeiros que escogitão motivos para deixar de satisfazer o que se acha estipulado por escripturas.”⁷⁰

A possibilidade de ter tabelião da Casa, assinalava o Conde, facilitava o acesso a documentação oficial sobre contratos, a entrega de cópias e evitava a dispersão de informação.⁷¹

O terceiro privilégio era a possibilidade de “Confirmação das Justiças da Lapa”⁷². Após a eleição de juiz, procurador e vereadores para a Vila da Lapa, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos tinha o poder os confirmar nesses cargos “para que os sirvão bem e fielmente, como convêm ao serviço de Deus, de Sua Magestade, e meu”, segundo o formulário de confirmação que criou e que seria usado para ordenar “ao Juiz Ordinario, e mais officiaes da Camera que actualmente servem na dita minha Villa lhes dêem o juramento dos Santos Evangelhos, e posse dos ditos empregos” e para informar os moradores “e aos mais comprehendidos na minha jurisdição” dos novos titulares, para que cumprissem os seus comandos. Este documento ia assi-

⁶⁹ ACCL, *Discripção da Caza do Conde*, fls. 85-85 v.

⁷⁰ ACCL, *Discripção da Caza do Conde*, fl. 85.

⁷¹ ACCL, *Discripção da Caza do Conde*, fls. 85-85 v.

⁷² ACCL, *Discripção da Caza do Conde*, fl. 85 v.

nado pelo Conde, tinha o selo das suas Armas e teria registo no livro da Câmara da Lapa.⁷³

Para além destes privilégios, o Conde da Lapa era Alcaide-mor de Barcelos. Nessa qualidade, cabia-lhe a nomeação dos alcaides-menores e dos carcereiros a escolher pela Câmara.⁷⁴

Estas breves referências demonstram que a Casa da Lapa mantinha prerrogativas relacionadas com o exercício de poderes que o Poder Régio não reclamara para si. Em breve, tais atribuições seriam anuladas na esfera dos particulares, para serem entregues ao Estado centralizador e burocrático do século XIX, que colocou fim aos poderes patrimoniais.⁷⁵

2.2. Os Livros do 1º Conde da Lapa: uma gestão pragmática em tempos instáveis

Na continuidade das preocupações do 1º Visconde da Lapa com a boa gestão da Casa, o Conde da Lapa, seu filho, fez redigir diversos instrumentos de administração. Para este estudo, analisou-se somente um conjunto composto pelos seguintes documentos⁷⁶:

1. *Instruções geraes para a Administração de minha Caza durante a minha auzencia*, c. 1819
2. *Cartório. Índice dos Maços. 1 a 20*, c. de 1825 (reprodução)
3. *Mostrador dos dous volumes do Index dos Maços*, c. de 1825
4. *Discrição da Casa do Conde*, c. 1825 (com notas acrescentadas que vão para além da morte do Conde da Lapa, em 1832).

Estes livros evidenciam a preocupação permanente do Conde da Lapa com a gestão do seu património, um aspeto presente na família. Recorde-se que D. Manuel de Almeida e Vasconcelos herdou, com os bens, os livros que seu pai mandara redigir para controlo desse património. Terá sido com eles que trabalhou durante muitos anos e, portanto, conhecê-los-ia bem. Apesar

⁷³ O formulário está em ACCL, *Discrição da Caza do Conde*, fls. 11-11 v, no capítulo sobre a Vila da Lapa, por remissão do fol. 85 v, onde, como referido, se mencionam os privilégios.

⁷⁴ ACCL, *Discrição da Caza do Conde*, fls. 12-12 v.

⁷⁵ Sobre o declínio do poder da Nobreza em Portugal, incluindo a perda de prerrogativas do tipo das que são referidas no texto, v. VIEIRA, 2005: 33.

⁷⁶ As datas indicadas são conjecturais, adiante se explicando, na análise de cada documento, os fundamentos da atribuição. Os documentos já foram sumariamente descritos em HENRIQUES, ROSA, SOUSA-DE-MACEDO, 2015a, bem como na base de dados do projeto INVENT.ARQ (www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/).

de Frei José de Almeida e Vasconcelos ter deixado nas folhas muitos espaços em branco para as previsíveis atualizações, pois todo o património pode mudar, o Conde da Lapa não os preencheu muito. Mas, anos depois da morte do pai, fez redigir para si outros livros, novos instrumentos de gestão.

O volume mais antigo deste conjunto é o manuscrito intitulado *Instrucçoens geraes para a Administração de minha Caza durante a minha auzencia*. Nomeado para representar Portugal na Rússia como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário e prevendo por isso uma ausência prolongada, o Conde da Lapa escreveu este livro, que deixou a sua mãe e a sua esposa, que geriram a Casa durante esse período.⁷⁷ O livro tem um grande interesse histórico, pois é um retrato da vida do Conde da Lapa por alturas de 1819. Mas não só. É um documento pessoal e não apenas um livro de gestão da Casa. No fol. 1º, D. Manuel declara oferecer o volume ao seu filho – D. Manuel Francisco das Misericórdias de Almeida e Vasconcelos (1811-1898), futuro 2º Conde da Lapa⁷⁸ – então com cerca de 8 anos. Por ser muito jovem, não é ainda a ele que cabe a administração doméstica, mas às duas pessoas mais próximas do Conde: a mãe e a esposa, cujo trabalho, aliás, está facilitado pelo bom estado em que se encontram as contas: “Felismente intrego a minha Caza sem dividas, sem róis tendo satisfeito a todos os encargos não obstante as repetidas, e multiplicadas perdas, que tenho sofrido”⁷⁹. No fol. 3, há um índice das matérias em que se dividiu a gestão: Administração; Arrendamentos; Estado da Casa (apreciação geral e conselhos).

As pessoas a quem o Conde da Lapa deixa a gestão são da sua inteira confiança, o que está claramente exposto neste livro. Sua mãe – D. Maria do Carmo de Sousa e Portugal – está familiarizada com os documentos da Casa:

“Na gaveta da Livraria destinada a depozito de recibos se pode acclarar qualquer duvida, que possa aparecer sobre pagamentos de decimas foros etc., e como minha May guardava estes papeis conhece perfeitamente onde elles estão.”⁸⁰

⁷⁷ Será necessário, em estudos posteriores sobre o Conde da Lapa, determinar qual a sua caligrafia e a quem pertencem outras que aparecem nos seus documentos, algumas sem dúvida de funcionários que serviam a Casa. Sem certezas definitivas, optou-se por não identificar quem escreve. Em todo o caso, evidentemente, é sempre o Conde da Lapa que gere os registos.

⁷⁸ ZÚQUETE, 1989, vol. 2: 675.

⁷⁹ ACCL, *Instrucçoens geraes para a Administração de minha Caza durante a minha auzencia*, fl. 5.

⁸⁰ ACCL, *Instrucçoens geraes para a Administração de minha Caza durante a minha auzencia*, fl. 5.

Na verdade, ficará “á testa da administração”.⁸¹ E, acrescenta D. Manuel:

“Tenho porem a recomendar a minha May a decisão de todos os negocios de administração da Caza, como intender, e sem se involver em escrupulos, nem me consultar para couza alguma, porque as demoras prejudicão, e eu deixo todas as clarezas. Alem de que não estou no cazo de poder por carta explicar melhor os negocios do que o faço nas seguintes informações.”⁸²

Quanto à esposa – D. Francisca de Paula da Câmara e Meneses – “sabe perfeitamente de todas as minhas despesas não as tendo occultas.”⁸³ Em princípio, não terá todos os poderes decisórios, mas o facto não se deve a desconfiança alguma, apenas à racionalidade da gestão:

“A minha mulher se devera intregar todos os mezes a quantia de quatrocentos mil reis metal, e palha, e cevada para a sua cavalharris no primeiro dia de cada mez, bem entendido que os generos, e foros das Quintas, que costumão ser destinados a gastos de Caza lhe ficão pertencendo, e como ella he outro Eu podera dispor sem reserva de tudo quanto não for administração das rendas, e isto tam somente por não multiplicar entidades, e fazer confusão, pois me merece a mais illimitada confiança, e não queria jamais que se pudesse supor que por qualquer motivo a deixava fora da administração das rendas.”⁸⁴

Em 1825, poucos anos depois de voltar da Rússia, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos estava a rever os documentos do arquivo de família e dava conta de ter criado novos instrumentos de gestão. Num pequeno conjunto de folhas soltas, que hoje estão encadernadas com a reprodução do Índice dos Maços. 1 a 20, o Conde da Lapa escreveu: “Fazendo a revista do Cartorio (10 de Julho de 1825) estimei achar, que elle estava completo com pequenas diferenças, que me proponho por extenso apontar. O Cartório contem

⁸¹ ACCL, Instrucçoens geraes para a Administração de minha Caza durante a minha auzencia, fl. 6.

⁸² ACCL, Instrucçoens geraes para a Administração de minha Caza durante a minha auzencia, fl. 6.

⁸³ ACCL, Instrucçoens geraes para a Administração de minha Caza durante a minha auzencia, fl. 5.

⁸⁴ *Ibidem*, fol. 6.

quarenta massos, e tem quatro Index, e hum mostrador, e por facilitar o trabalho, e as indagaçoens formalizei dous livros, que são os Index dos massos, que me tem sido muito uteis, e importantes.”⁸⁵ Nestas frases, o Conde da Lapa descrevia o arquivo. Estão presentes os maços de documentos e os instrumentos de trabalho do tempo de seu pai: “quatro Index e hum mostrador”. Mas ele próprio lhes acrescentou dois outros volumes de *Index dos Maços* e ainda um novo *Mostrador dos dous volumes do Index dos Maços*, que aqui não refere. Servir-se-ia decerto dos livros mais antigos, que eram uma boa sistematização do arquivo, mas criou ferramentas adaptadas às suas necessidades particulares e que iam contendo as atualizações decorrentes das mudanças por que passava o património, já que os livros de 1804-1805 foram pouco anotados posteriormente à redação de Frei José.⁸⁶

A datação destes instrumentos de trabalho é facilitada pela observação das folhas originais que foram encadernadas com o novo *Index dos Maços*. Na sua função original eram um rascunho. No canto superior direito figura o apontamento “já copiado”, que o atesta. Ao abrirmos a *Discipção da Caza do Conde*, verificamos que o texto fora copiado para os fols. 87-88. A data em que o Conde da Lapa diz estar a rever o Cartório – 10 de julho de 1825 – indica que os seus livros de *Index* mais o *Mostrador* foram feitos ao redor dessa data, pois não pareciam existir antes da partida para a Rússia em 1819. A *Discipção* estaria portanto, igualmente, a ser redigida em meados de 1825; mas teria numerosos apontamentos acrescentados ao longo dos anos seguintes e até para além da morte do Conde em 1832, pois há registo de factos posteriores. O *Cartório. Índice dos Maços. 1 a 20* tem uma caligrafia igual à das *Instrucçoens geraes para a Administração de minha Caza durante a minha auzencia*. A *Discipção* tem uma letra diferente, que presumimos ser a de um Procurador do Conde – António José Fernandes Barbosa – que lhe terá sobrevivido e trabalhado posteriormente com o 2º Conde da Lapa. Parte do que aí se lê pode ter sido ditado pelo 1º ou pelo 2º Conde ou copiado dos seus rascunhos, já que se chega a falar na 1ª pessoa.

Os livros de *Index* do Conde da Lapa, como se vê até pelo título, têm uma organização por maços, que vão numerados. No 1º Livro, são vinte; no segundo outros vinte. É uma organização substancialmente diferente da de Frei José de Almeida e Vasconcelos, que dispunha a informação por terras.

⁸⁵ ACCL, Cartório. Índice dos Maços. 1 a 20, primeiros fólhos não numerados.

⁸⁶ No mesmo documento, o Conde da Lapa indica que o arquivo tinha mais alguns livros importantes: alguns velhos “tombos” e “já promptos” 11 livros de fazenda, respeitantes a várias terras (Ladário, Viseu e Sâtão, Sernancelhe, Vieiro, etc.).

O *Mostrador dos dous volumes do Index dos Maços* – auxiliar dos anteriores – está organizado em quatro partes: 1ª “Mercês de Titulos, Senhorios de Terras, Par do Reino, Alcaidaria Mór de Barcellos, Comendas, Diplomacias, Moços Fidalgos, Fidalgos Cavalleiros, Habitos de Christo, Malta, Medalha da Restauração da Realeza, de Dama, de Padrões de Tenças, de Dotes para casamentos, de Patentes Militares, Serviços feitos por diversos” (fols. 0-15); 2ª “Instituições de Vinculos ou Capellas por escripturas, e testamentos, e uniões aos mesmos, e inventários que dizem respeito ás ditas Instituições, segundo a ordem das Cazas.” (fols. 16-55); 3ª “Prazos que a Caza possui com dominio util, e os emprazamentos que delles tem feito aos Cazeiros subemphyteutas, por escripturas celebradas; segundo a ordem dos Ramos” (fols. 56-94 v); 4ª “Prazos emphyteuticos que a Caza tem feito, de propriedades de que he Senhoria Directa. Segundo a ordem dos Ramos” (fols. 95-130). Há remissões constantes para os maços e documentos no arquivo. A letra deste livro é igual à da *Discripção da Caza do Conde*, pelo que deverá ser a do referido Procurador.

A somar a estes auxiliares existe a *Discripção da Caza do Conde*. Este livro tem um índice nos fols. 95-95 v, onde se pode ter uma visão panorâmica dos rendimentos domésticos, pois aí, remetendo para os conteúdos do volume, se dispõem os rendimentos, quer com origem nas terras (Vila da Lapa, Criz, Campo de Santa Ana, Moçâmedes, etc.) quer noutras fontes (apólices, bancos, tenças, comenda). Este livro tem, além disso, a descrição das propriedades em geral, quando se obtiveram, quanto rendem, a sua situação jurídica. A sua organização permite localizar os rendimentos atualizados de qualquer propriedade. Este documento tem um interesse particular por referir outras fontes de rendimento, para além das rendas das propriedades: os *produtos financeiros*. Tendo investido em apólices, o Conde da Lapa escreve:

“A exactidão com que até agora se tem pago as Apólices, por isso que o fundo destinado para ellas he muito consideravel, e a sua administração pela Junta dos Juros tem sido muito regular, fez com que desejasse possuir algumas, tanto mais que este rendimento certo não he sujeito a tantos contratempos. – N’estes termos appliquei para a compra das Apólices uma parte do dinheiro que recebo pela venda da Caldeiroa⁸⁷, o que junto ao outro que no respectivo

⁸⁷ Era uma propriedade que dava prejuízo, segundo diz o documentos que temos vindo a seguir (ACCL, Instrucçoens geraes para a Administração de minha Caza durante a minha auzencia, fls. 77-77 v).

capitulo indico, serve de prova de que foi muito acertada a minha deliberação, já seja para conservar constantes estes fundos na mesma applicação, já seja para fazer a aquisição de algum bom prédio rústico nas visinhanças da actual residencia da Caza. – Como quer que seja, fico habilitado para dar aquela direcção que as circunstancias apontarem depois de céria reflexão.”⁸⁸

O Conde da Lapa tinha igualmente investimentos em dois bancos: no Banco de Lisboa e no Banco de Inglaterra. Quanto ao primeiro:

“Este util e hoje indispensavel estabellecimento pela sua importância e utilidade; offerecendo grandes vantagens aos Accionistas, promettia muito maiores logo que as nossas relações commerciaes se fixassem. – N’estes termos desejei participar das mesmas vantagens, e pude felizmente arranjar o fundo necessario para ter seis acções (...). Devo observar que para a compra de duas acções me foi necessario dar um premio consideravel, em rasão do maior valor que obtiverão no mercado, visto o seu credito, e não se admittirem n’aquella epocha novos Accionistas. O rendimento das acções he maior ou menor conforme os lucros annuaes que o Banco tem, e por isso os dividendos varião, sendo comtudo regra geral o ser menor o pagamento do primeiro semestre ao do segundo, pois que a Direcção procura antevêr qualquer contratempo.”⁸⁹

O que levou o Conde da Lapa a investir no Banco de Inglaterra foi querer algum dinheiro a render, podendo no entanto levantá-lo em qualquer altura. Pensando em diversas alternativas, incluindo em Portugal, “olhando para as circunstancias politicas, e para o futuro, resolvi-me a empregar uma parte dos meus fundos em Inglaterra, não obstante a vantagem ser pequena, mas certa.”⁹⁰

Há alguns aspetos gerais a destacar deste conjunto documental. Apesar de ter os livros feitos no tempo do Visconde, o Conde da Lapa preferiu compor os seus próprios livros, que têm organizações diferentes das de Frei José. Os Índices dos Maços estão por maço e estes figuram por ordem numérica. O *Mostrador*, a *Discripção* e as *Instrucçoens* organizam tudo por

⁸⁸ ACCL, Discripção da Casa do Conde, fl. 25.

⁸⁹ ACCL, Discripção da Casa do Conde, fl. 36.

⁹⁰ ACCL, Discripção da Casa do Conde, fl. 89.

tipos documentais, provavelmente como o mostrador que acompanhava os volumes do clérigo. Em todo o caso, qualquer destes livros é muito mais portátil do que os de Frei José. Podiam ser facilmente transportados para qualquer sítio, permitindo uma gestão mais fácil, sobretudo se era necessário levá-los para qualquer das propriedades para confrontar os documentos com a realidade.

Esta abundância de livros a descrever o património familiar não seria talvez motivada só pelo zelo e pelo perfeccionismo do Conde da Lapa. Recorde-se que D. Manuel foi contemporâneo de uma parte das guerras e revoluções que tiveram lugar em Portugal na primeira metade do século XIX. A instabilidade política e a insegurança económica fariam redobrar a necessidade de atenção para prevenir perdas. Em certas ocasiões, o Conde da Lapa dá entender a sua preocupação com a situação político-militar de Portugal e refere os prejuízos que isso ocasionou nas suas propriedades.⁹¹

3.0 Arquivo da Lapa no contexto das práticas arquivísticas e de gestão patrimonial das Casas nobres portuguesas

O Arquivo da Casa da Lapa foi sistematizado através de diversos livros com utilidades específicas, o que manifesta uma grande preocupação com a boa gestão da Casa. Essa diligência não teria começado com o 1º Visconde da Lapa. A existência de um Cartório com muitos documentos, alguns com mais de três séculos, que atestavam o percurso e a situação do património, indicia o cuidado de várias gerações na preservação dos bens de família. Isso tornava possível o aparecimento, num escritório do século XIX, de um pergaminho com selo pendente, passado na Chancelaria do Rei D. Duarte e com data de 18 de maio de 1434.⁹² Em 1804-1805, os livros organizados para o Visconde da Lapa pretendiam uma exposição adequada do património. O Conde da Lapa, que manuseava esses volumes, decidiu criar outros adaptados à sua gestão, de resto uma preocupação que nunca abandonou, sendo de supor que menos ainda a partir da Revolução de 1820 e dos factos políticos que se seguiram.

Note-se que, no universo do Segundo Estado em Portugal, a Casa da Lapa não foi a única a cultivar estes cuidados. Outras Casas, com mais ou

⁹¹ V., por exemplo, ACCL, Descrição da Casa do Conde, fls. 27-27 v e 34-34 v.

⁹² Para este documento e outros, nomeadamente de D. Afonso V, de D. João II e de D. Maria I, v. ACCL, IG-SA, Lvº 2, fls. 12-13 v.

menos sucesso, tinham as mesmas preocupações. Não eram supérfluas, dado que a gestão de vínculos, comendas e outro património era complexa. E de facto, uma parte da Nobreza achava-se arruinada e endividada. Em todo o caso, houve da parte de numerosas Casas certo cuidado em criar inventários. Seria comum à gestão dessas famílias a redação de documentos parecidos com os da Casa da Lapa e com os mesmos fins. Seguem-se alguns exemplos.

Na Casa Belmonte, donde vinha a esposa do Conde da Lapa, foi levada a cabo, pela mesma altura, outra empreitada de reorganização do cartório. Dela resultou um grande inventário em dois volumes – o *Índex de Todos os Papéis do Archivo da Caza* e o *Tombo do Cartório da Casa*. Datados de 1807 (cerca de dois anos depois dos inventários do Visconde da Lapa) e ordenados pelo 1º Conde de Belmonte, tiveram como fim acautelar o património durante a sua ausência no Brasil, pois sendo amigo de longa data do Príncipe D. João, para aí acompanhou a Família Real.⁹³

Entre c. 1812 e 1817, João Filipe da Cruz, presbítero secular e paleógrafo, organizou o Arquivo Ficalho, por ordem de D. Eugénia de Almeida, Duquesa de Ficalho.⁹⁴ A viúva ficara encarregada da gestão da Casa, durante a menoridade dos filhos. A organização seguia “dois critérios: tipologia do conteúdo do documento e a sua cronologia”⁹⁵. A simples necessidade de organização, as muitas dívidas, situações em tribunal, bem como razões de conjuntura como a Guerra Peninsular e a percepção do aproximar de novos tempos políticos, teriam constituído a motivação deste trabalho de organização.⁹⁶

O mesmo João Filipe da Cruz encontra-se a fazer trabalho semelhante, cerca de 20 anos mais tarde, no Cartório dos Condes da Palma. A morte tê-lo-ia surpreendido e a tarefa foi concluída em 1836 por outro paleógrafo, José Joaquim Matoso Gago da Câmara.⁹⁷ Daqui resultou o *Summario alfabético dos documentos existentes no Cartorio de Illma. e Exma. Casa dos Senhores Condes da Palma, Obidos e Sabugal*, “com 366 fólios numerados e índice no final” e “3.143 entradas descrevendo sumariamente os documentos que integravam em 1836 o arquivo”⁹⁸. A redação foi ordenada pelo

⁹³ SOUSA, 2012: 496.

⁹⁴ Para este arquivo v. SILVA e ASSIS, 2012: 61; sobre o inventário, LOPES 2015b. Sobre João Filipe da Cruz, NÓVOA, LEME, 2015.

⁹⁵ SILVA e ASSIS, 2012: 65.

⁹⁶ SILVA e ASSIS, 2012: 67.

⁹⁷ SILVA e ASSIS, 2012: 66.

⁹⁸ LEME, 2012: 482; LEME, 2015.

5º Conde de Óbidos, de Palma e de Sabugal. Embora não se saibam as causas que levaram à sua realização, poderão ter tido que ver com as “leis de desamortização de Mouzinho da Silveira”⁹⁹. Quanto ao critério organizador do tomo, “A descrição da documentação [vai do século XIV ao XIX] está distribuída por 123 tipologias, organizadas alfabeticamente, e as entradas dentro de cada tipologia ordenadas de forma cronológica.”¹⁰⁰

O arquivo dos Condes de Sandomil foi inventariado em 1815.¹⁰¹ De 1819 data o inventário do arquivo do 2º Marquês de Ponte de Lima, embora houvesse tentativas de organização em séculos anteriores¹⁰² e de meados do século XIX é a organização do Arquivo da Casa do Avelar.¹⁰³ A Casa Mateus, próxima da Casa da Lapa, teve preocupações com o seu arquivo ao longo dos séculos XVIII e XIX, com destaque para a organização dos 4º e 5º Morgados de Mateus.¹⁰⁴

Estes exemplos são expressivos do zelo com a conservação dos patrimónios e mostram a relevância de conhecer os arquivos domésticos para uma gestão eficaz.

Do mencionado resulta que durante as administrações do Visconde e do Conde da Lapa, muitas outras Casas estiveram igualmente a organizar os seus cartórios para conhecimento e conservação de propriedades e privilégios. As razões imediatas eram variadas: instabilidade política, adaptação às leis liberais, endividamento, etc. Mas o motivo latente e comum seria sempre a conservação da Casa, dos seus vínculos, do seu nome. A Casa da Lapa parece tê-lo conseguido com sucesso. Da leitura das fontes usadas neste estudo, percebe-se que a Casa da Lapa teve funcionários (“Procuradores”), associados à gestão. A sua administração, acompanhada e dirigida de perto pelo Visconde e pelo Conde, não se emaranhou em gastos excessivos ou inúteis e/ou em dívidas. Numerosas Casas do seu tempo conheceram uma gestão tão desorganizada, que, para se manterem, eram assistidas por administrações judiciais nomeadas pelos Monarcas.¹⁰⁵ D. Luís Eusébio, 4º Marquês do Louriçal (1780-1844), pouco mais velho que o Conde da Lapa, dizia-se

⁹⁹ LEME, 2012: 482.

¹⁰⁰ LEME, 2012: 482-483.

¹⁰¹ NÓVOA, 2012: 518; NÓVOA 2015.

¹⁰² ROSA, 2012a: 575-588. Sobre o inventário de 1819, ROSA 2015.

¹⁰³ MACEDO, 2012: 267-268.

¹⁰⁴ RODRIGUES, SILVA, 2012: 597 e ss e especialmente 618 e ss.

¹⁰⁵ MONTEIRO, 2003: 369 ss e 414 ss.

muito endividado no início do século XIX.¹⁰⁶ “Várias outras casas contraíram grandes dívidas em meados do século XVIII, das quais nunca mais se libertariam até 1832-1834. Todas tiveram os bens, no todo ou em parte, com rendimentos consignados ao pagamento de dívidas nunca amortizadas.”¹⁰⁷ Por comparação, na Casa da Lapa em passo algum se encontraram referências a dívidas. O 1º Conde da Lapa, antes de partir para a Rússia em 1819, faz questão de afirmar que não tem nenhuma. Sucessões, compras e vendas, aforamentos, tudo terá sido gerido cuidadosamente, o que é atestado pela conservação, em locais próprios, das respetivas provas (testamentos, contratos, sentenças) durante séculos e pela abundância de livros de registos para dominar esse universo complexo de direitos, de rendas e de despesas.

Os livros que redigiu Frei José de Almeida e Vasconcelos, organizados por Casas, terras e depois por tipos documentais e os de D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, organizados por maços ou por tópicos não têm uma relação só com a conservação dos bens. Regressamos ao problema da memória. Frei José fez um trabalho em que, para além da gestão corrente de uma Casa, o passado, os velhos direitos que se transmitiram até aos seus dias e o exemplo dos antepassados assumem uma grande importância. O Conde da Lapa criou documentos em que esse passado está implícito: a gestão das rendas, as demandas em tribunal, os contratos de aforamento, os investimentos financeiros são questões associadas sobretudo à gestão, mas implicavam a conservação das propriedades e dos direitos. Frei José de Almeida e Vasconcelos destacava a importância da identidade na linhagem e no património, a perder de vista através dos séculos; o Conde da Lapa, seguindo o seu ensinamento e o exemplo dos familiares, garantia aos descendentes um futuro digno e livre de dívidas e cuidados e, logo, a herança de uma posição importante e honrada na sociedade portuguesa.

Fontes e bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo da Casa dos Condes da Lapa

Index Geral. Série com Armas – vols. 2, 3, 4.

Index Geral. Série sem Armas – vols. 1, 2, 3,4.

¹⁰⁶ MONTEIRO, 2003: 379-380.

¹⁰⁷ MONTEIRO, 2003: 384.

Instrucçoens geraes para a Administração de minha Caza durante a minha auzença, c. 1819.
Cartório. Índice dos Maços. 1 a 20. c. 1825.
Mostrador dos dous volumes do Index dos Maços, c. 1825.
Discripção da Casa do Conde, c. 1825 em diante.
Inventário dos móveis da Casa de S. Pedro do Sul, 1816.
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Registo Geral de Testamentos, Livro 365.
Biblioteca Nacional
Reservados - Condes e Viscondes da Lapa. Caixa 1.

Fontes Impressas

LAPA, Visconde da (1815) – *Memoria Sobre o modo de fórmr hum Plano de Statistica de Portugal*. In *Memorias Economicas da Real Academia das Sciencias de Lisboa*, tomo V, p. 155-171.

Bibliografia

- AFFONSO, Domingos de Araújo e TRAVASSOS, Ruy Dique (1933) – *Livro de Oiro da Nobreza – Apostilhas à Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*. Braga: Tipografia «Pax». Tomo II.
- ARAÚJO, Domingos Machado de (2010) – *A contabilidade no Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo nos séculos XVIII e XIX*. [s.n.] (diss. de Mestrado em Contabilidade, apresentada à U. Minho).
- BURKE, Peter (2008) – *Commentary*. In *Archival Science*, vol. 7. 4, p. 391-97.
- CAETANO, Marcello (1986) – *Constituições Portuguesas*. 5ª ed.. Lisboa: Editorial Verbo.
- CANAVEIRA, Manuel Filipe da Cruz (1988) – *Liberals Moderados e Constitucionalismo Moderado (1814-1852)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- CARDOSO, José Luís (1989) – *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CASTRO, Armando de (1980) – *O Pensamento Económico no Portugal Moderno*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- CASTRO, Zília Osório de (dir.) (2002) – *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol.1. Lisboa: Edições Afrontamento.
- DIAS, Geraldo Coelho (2011) – *Quando os Monges eram uma Civilização. Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo*. Porto: CITCEM; Edições Afrontamento.
- FERREIRA, Maria Emília Cordeiro (1984) – *Estatística*. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. Porto: Livraria Figueirinhas: p. 456-462.
- FRIEDRICH, Markus (2015) – *Introduction: New Perspectives for the History of Archives*. In BRENDECKE, Arndt (dir.) – *Praktiken der Frühen Neuzeit, Akteure - Handlungen – Artefakte*. Colónia: Böhlau Verlag: p. 468-472.
- GALLUT, Anne (2015) – *O Morgado de Mateus Editor de Os Lusíadas*. Lisboa: Fundação da Casa de Mateus, Alêtheia Editores.

- GILDEA, Robert (2013) – *Barricades and Borders – Europe 1800-1914*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press.
- GOMES, Saul António (2006) – *A Congregação cisterciense de Santas Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu conhecimento*. In *Lusitania Sacra*. XVIII, p. 375-432.
- GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* [1935-1987]. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada.
- HEAD, Randolph (2010) – *Preface: Historical research on archives and knowledge cultures: an interdisciplinary wave*. In *Archival Science*, vol. 10. nº 3: p.191-194.
- HEAD Randolph Head (2016) – *Configuring European archives: spaces, materials and practices in the differentiation of repositories from the late Middle Ages to 1700*. In *Archival transformations in early modern Europe, special issue: European History Quarterly*, 46/3 [no prelo].
- HENRIQUES, Luís, ROSA, Maria de Lurdes (2015) – *The organization and management of the archives of the House of Lapa (1804-c.1832): from the moral and religious cohesion of the family to the economic profit of the estate*. In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 65-70.
- HENRIQUES, Luís, ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA DE MACEDO, Luís (2015) – *Index geral do cartório da Casa da Lapa*. In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p.140-141.
- HENRIQUES, Luís, ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA DE MACEDO, Luís (2015a) – *Instruções para a administração da minha Casa durante a minha ausência*. In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p.158-61.
- LEME, Margarida (2012) – *O Arquivo Costa no Arquivo Óbidos-Palma-Sabugal*. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, p. 479-490.
- LOPES, Filipa da Silva (2015) – *Índice geral e alfabético do cartório da Casa de Ficalho*. In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 146.
- LOUSADA, Maria Alexandre (1989) – *D. Pedro ou D. Miguel? As Opções Políticas da Nobreza Titulada Portuguesa*. *Penélope*. 4, p. 82-111.
- LOUSADA, Maria Alexandre, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (2006) – *D. Miguel*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- MACEDO, Ana Maria Costa (2012) – *O Arquivo da Casa do Avelar (Braga) – da construção da memória familiar à (re)construção da história social*. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, p. 265-280.

- MAGALHÃES, José Calvet de (1991) – *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e Estados Unidos da América (1776-1911)*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- MARQUES, A. H. de Oliveira Marques (2002) – *As Relações Diplomáticas*. In SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira Marques (dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. IX. Lisboa: Editorial Presença, p. 282-306.
- MARQUES, A. H. de Oliveira Marques (2002a) – *A Conjuntura in Nova História de Portugal*. In SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira Marques (dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. IX. Lisboa: Editorial Presença, p. 544-619.
- MATTOSO, José (1957) – *Correspondência diplomática de Fr. Bento de Santa Gertrudes, João Pedro Ribeiro e Fr. Francisco de São Luís*. In *Lusitania Sacra*. II, p. 295-314.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2003) – *O Crepúsculo dos Grandes – A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MOTA, Salvador Magalhães (2006) – *Cistercienses, camponeses e economia rural no Minho na época do Antigo Regime: o mosteiro de Santa Maria de Bouro e o seu domínio*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- NÓVOA, Rita Sampaio da Nóvoa (2012) – *O Arquivo Gama Lobo Salema*. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, p. 507-522.
- NÓVOA, Rita Sampaio da, LEME, Margarida – *The expert paleographer João Filipe da Cruz (c.1798-1827)*. In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 77-82.
- PINTO, Albano da Silveira e BAÊNA, Visconde de Sanches de (1890) – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva. Tomo II .
- RODRIGUES, Abel, SILVA, Armando Malheiro da (2012) – *A Criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação*. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, p. 597-650.
- ROSA, Maria de Lurdes (2012) – *Apresentação. Arquivos de Família: para um roteiro de temas e problemas*. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, p. 15-30.
- ROSA, Maria de Lurdes (2012a) – *Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX*. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, p. 575-588.
- ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) (2015) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM.

- ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (2015a) – *Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and results of the INVENT.ARQ project on family archive inventories*. In ROSA, Maria de Lurdes e HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 9-22.
- ROSA, Maria de Lurdes (2016) – *Penser et organiser les archives de famille sous l’Ancien Regime, entre histoire et archivistique* (no prelo, Casa de Velazquez).
- SARAIVA, José Mendes da Cunha (1944) – *Notícia do manuscrito e fins que o Autor tinha em vista*. In SARAIVA, José M. C. (ed.) – *Subsídios para a História da Ordem de Malta, vol. I: Index Histórico e Diplomático do Cartório de Leça Mandado fazer por Frei Manuel de Almeida e Vasconcelos, Balio Capitular de Lango e Leça, e Recebedor Geral da Ordem de Malta, Ano de 1814*. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, p. 5-16.
- SEIXAS, Miguel Metelo de (2015) – *Les marques héraldiques dans les inventaires d’archives des comtes de Lapa*. In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 71-76.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo Serrão (1996) - *História de Portugal*, vol. VI: *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. 5ª edição. Lisboa: Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joel, dir. (1984) – *Dicionário de História de Portugal*, 5 vols. Porto: Editora Figueirinhas.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1860) – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, Matilde de Mello Gago da e ASSIS, António Maria de (2012) – *O Arquivo Ficalho – a sua história e perspectivas de futuro*. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, p. 61-70.
- SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e (2012) – *O Arquivo da Casa de Belmonte: o que o tempo (ainda) não apagou*. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: Que Presente, Que Futuro?*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar, Caminhos Romanos, p. 491-506.
- TÔRRES, João Carlos Fêo Cardoso Castello Branco e MESQUITA, Manoel de Castro Pereira da (1838) – *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VIEIRA, Benedicta Maria Duque (2005) – *A Formação da Sociedade Liberal (1815-1851)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- VIVO, Filippo de, DONATO, Maria Pia – *Scholarly Practices in the Archives, 1500-1800. Introduction. Storia della Storiografia*. 68, pp. 15-20.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, dir. e coord. (1989) – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 vol. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada.

Série sem Armas	Série com Armas	Numeração correcta (série Armas)	Observações
<p>Index Geral das Doações Confirmações Patentes Cartas do Concelho e mais títulos de Nobreza, e de Raiz, pertencentes à <i>Caza do Illustrissimo e Excelentissimo</i> Joze de Almeida e Vasconcellos Soveral e Carvalho, Primeiro Barão e 13º Donatario de Moçamedes 14º Senhor da Honra de Lamaçais e de Albergaria, e Morgado de São Paulo do Criz, 8º Senhor do Couto do Vieiro, e da Alagoa de Vizeu no Algarve, Senhor da Villa da Lapa, Alcaide-mór de Barcellos, commendador de Santa Maria de Alcofra na Ordem de Christo, Governador, e Capitão General da Capitania de Goijazes e Reino de Angolia do Concelho de Sua Alteza Real e seu concilheiro do Vitra Mar, Feito, e ordenado por seu Irmão Frei Joze de Almeida e Vasconcellos com exacção que permitiu a brevidade do tempo e as circunstancias. Em 1804 530 fls; 38x25</p>	<p>Desaparecido</p>		
<p>Index Geral dos Títulos da Caza do <i>Illustrissimo</i> e <i>Excelentissimo</i> Joze d' Almeida de Vasconcellos Sobral de Carvalho Visconde da Lapa, Barão, e 13º Donatario de Moçamedes 14º Senhor da Honra e Solar de Lamações d' Albergaria e Morgado de São Paulo do Criz, 8º Senhor do Couto do Vieiro, e d'Alagoa de Vizeu no Reino do Algarve, Alcaide-mór de Barcellos Comendador de Santa Maria d'Alcofra na Ordem de Christo Coronel de Cavalaria na primeira Plana da Corte Governador e Capitam General da Capitania de Goyazes, e Reino d' Angola do Concelho de S. A. R. e seu Concelheiro do Ultramar. Feito, e Ordenado. por Seo Irmão Frei Joze de Almeida e Vasconcellos Anno de 1805. 476 fls; 38x25 Até fl. 241</p>	<p>Index Geral das Doações, Confirmações, Patentes, Cartas do Concelho, e mais Títulos de Nobreza, e de Raiz pertencentes à <i>Caza do Illustrissimo e Excelentissimo</i> Joze d' Almeida Sobral e Carvalho 1º Barão, e 13º Donatario de Moçamedes 14º Senhor da Honra de Lamações, e de Albergaria, e Morgado de São Paulo do Criz: 8º Senhor do Couto do Vieiro, e d'Alagoa de Vizeu no Algarve, Senhor da Villa da Lapa, Alcaide-mór de Barcellos, Comendador da de Santa Maria d' Alcofra na Ordem de Christo, Governador e Capitam General de Goyazes [Goiás], e Reino d' Angola: do Concelho de Sua Alteza Real, e seu Concelheiro do Vitramar. Feito e Ordenado por seu Irmão Frei Joze d' Almeida, e Vasconcellos, com exacção que permitio a brevidade do tempo, e as circunstancias. Anno de 1804. 425 fls; 42x27</p>	<p>II</p>	<p>II sem qualquer dúvida</p>

<p>Idem, fls. 242-43</p> <p>Index Geral dos Títulos pertencentes à Caza do Illustrissimo e Excelentissimo Joze d'Almeida do Soveral e Carvalho Visconde e Senhor da Villa da Lapa Barão e 13º Donatario de Mossamedes 14º Senhor do Solar, e Honra de Lamações e d'Albergaria, e Morgado de São Paulo do Couto do Criz, 8º Senhor d'Alagôa de Vizeu no Algarve, e do Concelho do Vltamar, Coronel de Cavalaria na primeira Plana da Corte, Governador, e Cappitam General da Capitania de Goyazes, e Reino d'Angola, Alcaide-Mór de Barcellos, e Comendador de Santa Maria d'Alcofra na Ordem de Christo Etc. Etc. Feito, e Ordenado por Seo Irmão Frei Joze d'Almeida e Vasconcelos com a exacção, que permitiao as circumstancias, e brevidade do tempo. Anno de 1805 376 fls; 38x25 até fls. 142</p> <p>Id., fls. 145-360</p>	<p>III</p> <p>«Index Geral dos Títulos da Caza do Illustrissimo e Excelentissimo Joze d'Almeida de Vasconcelos Sobral e Carvalho. Visconde da Lapa, Barão e 13º Donatario de Mossamedes, 14º Senhor da Honra e Solar de Lamações d'Albergaria, e Morgado de S. Paulo do Criz, 8º Senhor do Couto do Vieiro, e d'Alagoa de Vizeu no Reino do Algarve, Alcaide-mór de Barcellos Comendador de Santa Maria d'Alcofra na Ordem de Christo, Coronel de Cavalaria na primeira Plana da Corte, Governador e Capitam General da Capitania de Goyazes, e Reino d'Angola do Concelho de Sua Alteza Real, e seu Concelheiro do Ultramar. Feito e Ordenado por Seu Irmão Frei Joze de Almeida e Vasconcelos Anno de 1805» 442 fls; 43x28</p>	<p>III</p> <p>Markado com II mas com um carácter rasurado ao lado</p>
<p>Id., fls. 145-360</p>	<p>IV</p> <p>Index Geral dos Títulos pertencentes à Caza do Illustrissimo e Excelentissimo Joze d'Almeida do Soveral e Carvalho, Visconde e Senhor da Villa da Lapa, Barão e 13º Donatario de Mossamedes, 14º Senhor do Solar, e Honra de Lamações, e de Albergaria e Morgado de São Paulo do Criz, 8º Senhor d'Alagoa de Vizeu no Algarve, e do Couto do Vieiro do Concelho de Sua Alteza Real, e seo Concelheiro do Vltamar Coronel de Cavalaria na primeira Plana da Corte Governador e Cappitam General da Capitania de Goyazes e Reino d'Angola, Alcaide-mór de Barcellos, e Comendador de Santa Maria d'Alcofra na Ordem de Christo Etc Etc. Feito e Ordenado por Seo Irmão Frei Joze d'Almeida e Vasconcelos com a exacção que permitião as circumstancias, e brevidade do tempo. Anno de 1805 445 fls; 43x29,5</p>	<p>IV</p> <p>Markado com I mas com caracter rasurado ao lado direito, pode ser IV</p>

Quadro II – Entradas Dos Quatro Livros Do Index Geral

	<i>Index Geral</i> , livro 1 (Série “sem armas”) [Escudos de armas de Almeida, Vasconcelos]
1-10	FALTAM, cortadas
11	Em branco
12	Fl de rosto
13	Em branco
14-19	Prólogo [sem nenhuma refª a armas]
19v-21	Advertências [organização, etc]
23	Mossâmedes: explicação (até 26v); genealogias (26v-55);
59-63	Idem, doações e confirmações régias do senhorio
63v-67	Idem, foral, privilégios dos caseiros...
68-74	s.l., Filhamentos, patentes, cartas do Sto Ofício., bula...
78r/v	Alvarás de informe e mercê de Alagoa de Viseu...
79v-80v	Cartas de dote e casamento
81v-83v	Cartas dos reis pelas quais consta a qualidade etc (Almeidas)
85	Sernancelhe (explicação; genealogias até 93)
98v - 99	Idem, documentos
99v-103	Vieiro (explicação, genealogias)
103v-117	Ladário (explicação, genealogias)
118-120v	Filhamentos, padrões de armas... etc (Casa do Ladário)
121v-134v	Tojal (explicação, genealogias)
136-144v	S. Pedro do Sul (explicação, genealogias)
145v-154	Viseu (explicação, genealogias)
160-172v	Alvarenga (explicação, genealogias)
176-181v	Ferronhe (explicação, genealogias)
184-196v	Sernancelhe (explicação, genealogias)
197v-210	Quinta da Cavalaria (explicação, genealogias)
211-213v	Morgado de S. Paulo de Cris (explicação, genealogias)
216	Sernancelhe, licenças
217	Idem, provisões de sub-rogação
219	Idem, certidões de batismo e óbito, bula de indulgências
220	Idem, procurações
224-234	Idem, título dos vínculos da dita casa
235-236v	Idem, inventários
237v-240v	Idem, testamentos
242-250	Idem, dotes
251r/v	Idem, justificações
252v-256v	Idem, inventários
257v-270	Idem, sentenças
273-280	Idem, prazos
283-287	Idem, prazos de que a casa é senhorio direto
289-292v	Idem, aquisições na Cardia e quinta de S. Roque
293-313	Idem, Sarzeda, escrituras de compra
314r	Id, Idem, prazos

316-334v	Idem e Vila da Horta, aquisições
336v-338v	Idem e Idem, sentenças
339r	Idem e Idem, prazos
341	Orta, prazos de domínio direto
343-345	Sernancelhe e quinta das Siqueiras [docs variados]
346r/v	Idem, Idem, prazos
348v-350v	Idem, e vila de Numão [docs variados]
352v-358v	Idem, Idem, prazos
359-363v	Idem, Idem, aquisições
366v-371	Idem, Idem, prazos (sic)
372-375v	Idem e Cebadelhe, aquisições
376v	Idem, Idem, sentenças
377v-381	Idem e Vieiro, títulos do prazo
383-385v	Idem, Idem, testamentos e sentenças
386v	Vieiro, aquisições
387-388v	Sernancelhe e Vieiro, prazos subenfitêuticos
389r/v	Idem e Vale de Ladrões, termo de Marialva, compras
390v-395	Idem e Azevo, aquisições
396-400	Bogalhal, termo de Pinhel, aquisições
401r	Sernancelhe e Sta. Eufémia [docs vários]
401v-402v	Idem, e Vale Bom
403-404	Hervedosa, termo de Pinhel, aquisições
405-406v	Sernancelhe e Pinhel [docs vários]
408-414v	Casa do Tojal, vínculos e sentenças
414v-416	Tojal, dotes
417-418	Idem, composições
418v-419	Idem, prazos
420r	Idem, vínculos por testamento
421r/v	Tojal e Samorim, aquisições
423r/v	Tojal e Sarrozela, prazos
425v-430	Samorim, prazos
431-434	Sernancelhe e Quinheiro, prazos fateosos
436-438v	Idem, Idem, prazos de domínio direto
439-447	Idem, Idem, aquisições
447v-449v	Idem e Antas, aquisições
450r/v	Mossãmedes e Seixas, aquisições
451r/v	Sernancelhe e Seixo, aquisições
452r/v	Idem e Chozendo, arrendamentos
453-457	Idem e São Conrado, aquisições
460r	Idem e Guilherme, prazos de domínio direto
461r	Idem e Chozendo, aquisições
462-474	Idem e São Conrado, prazos de domínio direto
475r/v	Idem, Idem, sentenças
477r	Idem, e Granja do Tedo, prazos
478-480v	Id e Arnas, aquisições
481r/v	Idem e Arnas, sentenças

482-485v	Idem e Távora das Arnas, aquisições
486-519	Idem, aquisições
520-521	Idem e Távora das Arnas, aquisições
523r	Távora das Arnas, prazos do domínio útil
525r	Arnozelo, folhas de entrega
526r	Idem, sentenças
527-530v	Sernancelhe, aquisições na Cardia e Quinta de S. Roque
532r/v	Idem e Freixo de Numão, sentenças

	<i>Index Geral, série "Armas" vol. 2</i> Escudos de armas de Almeida, Vasconcelos, Mendes e Albergaria, Castelo Branco; (verso) Novais, Leitão, Vilhegas, Cardoso
4	Fl de rosto
5-6v	Prólogo
12-14	"Escudos de armas"
15 r/v	S. Francisco de Orgens
16	Albergaria e morgadio de S. Paio do Criz [breve história]
17-18v	idem, confirmações
22- 23v	idem, tombos e destrinças
28-30	Idem, sentenças dos tribunais
33-51	Idem, prazos e fatiozins
54r/v	S. Paulo do Cris e Colmeosa, sentenças
56r	S. Paulo do Cris e Colmeosa, testamentos
58r	S. Paulo do Cris e Colmeosa, aquisições
62r	S. Paulo do Cris e Colmeosa, entregas
64r	Albergaria de S. Paulo, composições
66-69	Mossâmedes – honra de Lamaçais
72-73v	Lamaçais - aquisições
78r/v	Lamaçais - sentenças
80r/v	Lamaçais – breves de comutação de encargos
82r	Viseu
83-85	Viseu, testamentos
88-89	Viseu, inventários
93-94	Viseu, doações
97-99v	Viseu, dotes de casamento
103-105	Viseu, composições
108-111v	Viseu, aquisições
115r	Viseu, provisões de abolição de encargos
116r/v	Viseu, vínculos pertencentes às Águas do Quintal
120-124	Viseu, sentenças
128r-134	Viseu, prazos de domínio útil
139-141v	Viseu, quinta d'Alagoa [aquisições]
147-148	Viseu, quinta d'Alagoa – sentenças...
152-153	Viseu, quinta d'Alagoa, prazos de domínio útil
156-157	Viseu, quinta d'Alagoa, prazos subenfitêuticos
161-163	Viseu, Cabanéis de cima, aquisições

168-169	Viseu, Cabanéis de cima, transações [composição, etc.]
173r/v	Viseu, Cabanéis de cima, sentenças
177-179	Idem, Idem, prazos de domínio útil
183r	Viseu e Silgueiros, prazos de domínio útil
186-193	Idem, Idem, prazos subenfitêuticos
198-199v	Idem, Idem, sentenças
203r	Idem, Idem, trocas e arrendamentos
207r/v	Ferronha e Alcafache, concelho de Azurara
208r/v	Idem, Idem, aquisições
213r	Idem, Idem, sentenças
215-216	Idem, Idem, prazos de domínio útil
219r	Viseu e Ramalhosa, aquisições
224r/v	Idem, Idem, prazos de domínio útil
229r/v	Viseu e Esculca, aquisições
233r	Viseu e Coimbra, aquisições
236r	Viseu e Medronhosa, aquisições
239-240v	Viseu e Trancozelo, aquisições
245r/v	Idem, Idem, prazos subenfitêuticos
249r	Idem, Idem, prazos de domínio direto
251r	Viseu e S. Salvador, aquisições
255r	Idem, Idem, prazos de domínio direto
259r	S. Pedro do Sul, nomeação de prazos
260	Viseu, Marzuvelos e Trancozelo, aquisições
262r	Souto de Lafões, aquisições
263r/v	Viseu e Monte Salvado, prazos de domínio útil
266	Idem, Idem, prazos subenfitêuticos
268r	Viseu e Tail, prazos de domínio direto
270r	Ferronha e Venda da Serra, aquisições
271	Viseu e Paradinha, prazos enfitêuticos
272r	Idem, Idem, aquisições
273r	Viseu e Outeiro, prazos enfitêuticos
275r	Viseu, Póvoa da Galega, prazos enfitêuticos
277r	Viseu, e Mouselos, prazos enfitêuticos
279r	Viseu, e Travanca, prazos enfitêuticos
281r	Viseu e Calde, idem
283	Viseu e Póvoa de Abravezes, idem
285	Viseu e Póvoa de Sobrinhos, nomeação
287r/v	Viseu e Coutos de baixo, aquisições
288	Vilas Covas, aquisições
289	Viseu e Vila nova dos coutos, sentenças
291-293	Ladário, testamentos com instituição de vínculos
294r/v	Idem, provisões de subrogação
295r	Idem e Cuinha, adjudicações
297r/v	Ladário, testamentos
299-300	Ladário e Lurindinho, prazos enfitêuticos
301r	Ladário, prazos enfitêuticos

303-305v	Ladário, sentenças
306v	Idem, abolições de encargos
307r/v	Idem, inventários
309r/v	Ladário e Lurindinho, aquisições
311r	Idem, sentenças
313-314v	Ladário, aquisições
315	Idem, composições
317-318v	Ladário e Dornelos, prazos enfitêuticos
320r	Ladário e Avelar, concelho de Sátão, sentenças
322	S. Pedro do Sul e S. Martinho de Pova, prazos enfitêuticos
324r/v	Tojal e Ladário, dotes
326	Idem, testamentos
328r	Tojal e Antas de Penalva, testamentos
330	S. Martinho de Pera, nomeações
332-341	Idem, prazos subenfitêuticos
344-347	Idem, arrendamentos
349r	Idem, desistências
351r	Lapa e Quintela
352r	Idem, provisão com provimento de corregedor
353r	Idem, sentenças
355-360	Quintela da Lapa, aquisições
361-362	Ladário, aquisições
363-365	Quintela da Lapa, prazos de domínio direto
367r	Ladário e Arvoredo, aquisições
370-371v	Ladário e Vila Garcia, aquisições
374r/v	Ladário e Penalva, aquisições
377r	Ladário e Castendo, aquisições
379-380	Ladário e S. Cristóvão de S. Pedro..., prazos de domínio direto
382r	Tojal e Momenta de S. Pedro..., aquisições
384r	Tojal e Esmolfe, aquisições
386r/v	Ladário e Cabril, aquisições
388r/v	Ladário e Nesperedo, aquisições
390-391	Mossamedes [explicação]
391v-395	Idem, aquisições
397-398v	S. Pedro do Sul e Mossâmedes, aquisições
400	Mossâmedes, provisões de abolição de encargos
402	S. Pedro do Sul, provisões de emancipação

	<i>Index Geral, série "Armas" vol. 3</i> Escudos de armas de Almeida, Vasconcelos, Soares e Pereira; (verso) Coelho, Galvão, Ferreira e Lemos
[0]	Fl de rosto
1r/v	Prólogo
3-5	"Escudos de armas"
11r	Tojal e Mossâmedes, prazos de domínio direto
13	Mossâmedes, prazos de domínio direto

15	Vouzella e Avale, prazos de domínio direto
18r/v	Mossâmedes, arrendamentos
22-24v	Mossâmedes, sentenças
27-30	Moçamedes, dotes e doações
32r	Vila Pouca, freguesia de S. Miguel do Mato
33-34	Mossâmedes, testamentos
35r/v	Mossâmedes, composições
38	Idem, capela
40-46	Lafões e S. Pedro do Sul
47r/v	S. Pedro do Sul, provisões de subrogação
48-51v	S. Pedro do Sul, doações e dotes
52r	Idem, provisões de abolição de encargos
53	Idem, provisões para tombo
54-55	Tojal e S. Pedro do Sul, justificações
57	S. Pedro do Sul e Mourel, sentenças
58-61v	S. Pedro do Sul, Drizes e outros, sentenças
63r	S. Pedro do Sul, inventários
64r	Idem, certidões de batismo, e filiações
65-77	Idem, aquisições
78-80	Idem, prazos de domínio útil
81	Idem, prazos fatiosins
82-83	Idem, composições, quitações e obrigações
85r	Idem e quinta da Capela, testamentos
87r/v	Idem e Idem, prazos do domínio útil
90	Idem e Idem, prazos subenfitêuticos
92-93	Idem e Idem, aquisições
95-98	S. Pedro do Sul, Drizes, aquisições
100	Drizes, composições
102-111	S. Pedro do Sul, Drizes, prazos do domínio direto
114r	Vouzela, concelho de Lafões
116-119v	Idem, aquisições
121r/v	Idem e Quinta da Cavalaria, obrigações
123-124v	Quinta da Cavalaria
126r-132	Vouzela, prazos de domínio direto
133-134	Idem, dotes
136r	Vouzela, prazos de domínio útil
138r	Idem, sentenças
140-141	Idem, inventários
142-143	Ameixas, aquisições
145-158	Idem, prazos de domínio direto
161r	S. Tiaguinho, prazos de domínio direto
163-168	Vilarigues, prazos de domínio direto
171-175	Passos de Vilarigues, prazos de domínio direto
177r	Passos de Vilarigues, escrituras de confissão...
178r/v	Passos de Vilarigues, sentenças
180r/v	Passos de Vilarigues, aquisições

182-183	S. Vte., prazos de domínio útil
185r	Tourelhe, sentenças
186r	Coimbra e Farves, aquisições
187r	Idem, sentenças
188r	Idem, escrituras de obrigação...
189r	Idem, prazos de domínio útil
191r	Confulgos, Coimbra, Idem
193-196	Serenada de S. Vicente, prazos de domínio direto
199r	Valmilhas, prazos de domínio direto
201-202	Levides de Coimbra, Idem
204-205v	Alcofra, aquisições
208-212	Idem, prazos de domínio direto
215r	Idem, prazos de domínio útil
217-218	Sacorelhe, aquisições
221r/v	Idem, sentenças
223r	Coelhoso de Alcofra, sentenças
224r	Idem, aquisições
225-226	Loumão, Idem
228r/v	Idem, sentenças
230-231	Idem, prazos de domínio direto
233r	Quintela de Ventosa, aquisições
235r	Idem, prazos de domínio direto
237r/v	Passos de Vouzela, aquisições
239r	Idem, sentenças
241r	Corujeira de Ventosa, aquisições
243r	Aguieira de V., aquisições
245r/v	Vasconha da Serra, aquisições
247r	Idem, arrendamentos
248r	Idem, sentenças
249r/v	Vila Nova de Ventosa, prazos de domínio direto
251r	Idem, subrogações
253r	S. Domingos de Rocha, prazos da coroa
254r	Paredes Velhas, prazos fatiosins
256r	Bandonajes, prazos de domínio direto
258r	Lustoso, Lafões, posses
259r	Vila Chão de Montes, posses
260r	Caveirós de Baixo, Lafões, prazos de domínio direto
262r	Carregal de Quiram, aquisições
264r/v	Carvalho de Quiram, aquisições
267-268	Fataunços, aquisições
271-281	Idem e Lage, prazos de domínio direto
284-287	Idem, aquisições
288r	Lage, abolições de encargos
289r	Balsamão, composição
289v	Idem, aquisições
290r/v	Fataunços e Lage, dotes

292r	Idem, sentenças
294-296v	Crexido e Lage, aquisições
297-298	Idem, prazos de domínio direto
300r	Idem, prazos fatiosins
301r	Asneiros de Fataunços, libelos
303r	Queiram, declarações
305r/v	Calvos de Fataunços, prazos de domínio direto
308r	Queijadens e S. Tiaguinho, arrematações
310r	Ferreiros, prazos de domínio útil
313-314v	Vila do Banho, aquisições
317-320	Quintela do Banho, aquisições
323-324	Idem, prazos do domínio útil
327-328	Idem, prazos de domínio direto
330r	Idem, prazos fatiosins
332r/v	Idem, sentenças
335r	Carvalho de Quintela, aquisições
337-338	Ansiães, aquisições
340r	Idem, prazos de domínio direto
342r	Várzea, Padrão e Vila Maior, aquisições
344r	Cegadães, prazos de domínio direto
346r	Canhões, aquisições
348r/v	Ribeiro, Folgosa, aquisições
350r	Moural, Carvalho, aquisições
352-355v	Carvalhaes, conc. Lafões, explicação, prazos de domínio útil
357-359	Portela de Sá, Carvalhaes, prazos
362-363	Sá, Carvalhaes, prazos de domínio direto
366r	Fundo d'Aldeia de Sá, Carvalhaes, prazos de domínio direto
368r	Roussadas, Carvalhaes, prazos de domínio direto
371-372	Casal da Portela de Sá, aquisições
373r	Portela de Sá, sentenças
374-376	Gereminada, Carvalhaes, prazos de domínio direto
379r/v	Idem, sentenças
382r	Idem, aquisições
384-389	Mourel, Carvalhaes, prazos de domínio direto
392-393	Boussas, Carvalhaes, prazos de domínio direto
395r	Mourel, desistências
397r	Casal da Renda, Carvalhaes, prazos de domínio direto
399r	Carvalhaes, prazos de domínio direto
401r	Novaes de Alcofra, aquisições
403r	Rebordinho, aquisições
405-408	Sacados, S. Pedro do Sul, aquisições
410r	Idem, arrendamentos
412-415	Idem, prazos de domínio direto
418r	Ilhas, explicação
419r/v	Alentejo, notícia

	<i>Index Geral</i> , série “Armas” vol. 4 Escudos de armas de Almeida, Vasconcelos, Maia, Sousa; (verso) Alvarenga, Melo, Gouveia e Loureiro
[sn]	Fl de rosto
1-2v	Prólogo
4-6	Escudos de armas
14r/v	Sacados, declarações
16r	Nespereira, freguesia de S. Félix, explicação
18r	Bodiosa, termo de Viseu, prazos de domínio direto
20-21	Vilar, freguesia de S. Miguel de Matos, prazos de domínio direto
23r	Travanca, prazos de domínio útil
25-26	Brugetas, freguesia de S. Miguel de Matos, prazos de domínio direto
28-29	Negrelos, aquisições
31-35	Idem, prazos de domínio direto
36r/v	Pindo, concelho de Penalva, aquisições
38r/v	Casal do Fundo, concelho de Penalva, idem
40r	Avelar, concelho de Sátão, alienações
42-43	Sta. Eulália, aquisições
45r	Fontainhas, concelho de Sátão, Idem
47r	Id, sentenças
48r	Fontainhas do Tojal, prazos de domínio direto
49r/v	Contigem, Vila boa, Mixos e Lugar da Cruz, aquisições
52r/v	Casal de Carvernans, termo de Viseu, prazos de domínio direto
54r	Carvernans, termo de Viseu, aquisições
56r/v	Covelo de Ferreira de Aves, prazos de domínio direto
59-60v	Corujeira de Ferreira, prazos subenfitêuticos
63 r/v	Covelo de Paiva, concelho de Moens, prazos fatiosins
66 r/v	Idem, prazos de domínio direto
69 r/v	Covelo, termo de Viseu, Idem
73r/v	Queiriga, aquisições
75-76	Idem, prazos de domínio direto
79r	Quinta da Granja, concelho de Sátão, sentenças
81r	Travancelas, sentenças
82r	Mouta e Carvalhal de Ferreira, arrendamentos
84r	Porqueira, concelho de Ferreira de Aves, prazos de domínio direto
86r/v	Id, aquisições
88	Lousadela, termo de Viseu, aquisições
90	Ferreira de Aves, aquisições
91	Travassos, freguesia de Barreiro, termo de Viseu, aquisições
93-95v	Ferreira de Aves, aquisições
98	Nogueira de Cota, aquisições
100-101	Barrelas, concelho de Fragoas, aquisições
104	Idem, prazos de domínio direto
107-108	Fragoas, aquisições
110	Idem, sentenças
112-113	Celorico da Beira, explicação

114	Celorico, confissões e obrigações
115-116	Idem, prazos subenfitêuticos
118r/v	Idem e Ratoeira, prazos enfitêuticos
120-122v	Grajal, termo de Sernancelhe, aquisições
125r	Idem, prazos subenfitêuticos
127r/v	Ponte do Abade, aquisições
130r	Gradis, Idem
132-134v	Vila da Ponte, aquisições
137-138	Beselga, Penedono, aquisições
141r/v	Cruxe, termo de Aguiar da Beira, aquisições
143r	Idem, prazos de domínio direto
146r	S. Tiago de Esculca, termo de Viseu, aquisições
148r/v	Vila Nova de Coutos, aquisições
151r	Tojal e Vila Boa, Concelho de Sátão, prazos de domínio direto
154r	Quinta do Paço, concelho id, Idem
156-157	Cassorães, concelho de Aguiar da Beira, dotes de casamento
159r	Piães, concelho de Barreiro, prazos de domínio direto
161	Penso, concelho de Lafões, prazos de domínio direto
163r	Cepões, termo de Viseu, prazos de domínio direto
164r	Idem, aquisições
165r	Fonte Arcada, termo de Viseu, prazos de domínio direto
166	Idem, aquisições
167r/v	Lourosa da Comenda, prazos de domínio direto
170-171	Almendra, explicação
173	Abrunhosa, concelho de Sátão, sentenças
175	Lageosa, sentenças
177r	Alhais de Baixo, prazos de domínio direto
179r	Idem, aquisições
180r	Velosa, Sátão, aquisições
182r	Idem, prazos de domínio direto
184r	Quinta de Paulo Lopes, termo de Sernancelhe, verbas de inventário
185-186	Idem, aquisições
188r/v	Quinta do Espírito Santo, aquisições
190	Idem, sentenças
192r	Ferreirim, termo de Fonte Arcada, sentenças
194-195	Cunha, termo de Sernancelhe, concelho Trancoso, explicação
196-197	Idem, testamento e composições
199r/v	Idem, doações
201-202	Idem, vínculo
203-210v	Idem, aquisições
212r	Idem, provisões de abolição
213r/v	Idem, sentenças
215	Idem, provisões para cautela
216-218v	Provesende, aquisições por doação
220r	Idem, prazos de domínio útil
223r	Idem, sentenças

226r	Idem, aquisições
229-230v	Santarém, explicação e prazos enfitêuticos
232-253	Idem, prazos subenfitêuticos
254r	Idem, sentenças
257r	Reino do Algarve. Alagoa de Viseu, prazos enfitêuticos
263r	Idem, acórdãos da Câmara
268-269	Lisboa, aquisições
271r/v	Idem, prazos fatiosins
272r/v	Idem, sentenças
274r	Idem, doações
275-278v	Carcavelos, aquisições
279r	Idem, prazos de domínio útil
280r/v	Fonte Arcada, explicação
281r	Carcavelos, prazos de domínio direto
282r	Codeçais e Vilar, explicação
284r	Borba, aquisições
286	Tondela, concelho de Barreiro, aquisições
288-292	Memórias genealógicas por diferentes autores
294r/v	Nespereira, bispado de Lamego, explicação
296r	Guarda, sentenças
298r	Miscelânea
300r	Lisboa, títulos honoríficos
301r	Idem, licenças
305-306v	Alfornel, termo de Lisboa, aquisições
310r/v	Porto de Canas, aquisição de vínculo
311r/v	Alfornel, termo de Lisboa, prazos de domínio útil e subenfitêutico
315r	Idem, provisões de abolição de encargos
316r	Carnide, termo de Lisboa, aquisições
318r	Idem, prazos subenfitêuticos
320r	Idem, abolição de encargos
324r	Porto de Canas, padrão de juro e herdade
325r/v	Idem, aquisições
327r/v	Idem, prazos de domínio direto
330r	Idem, continuação de fl. 310
340r/v	Carcavelos, aquisições

[Os fólhos não referidos nos intervalos, estão em branco]